

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA

tomo XXXII



COIMBRA 1997 / 1998
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

A família Palhavã (1253-1357)

Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval

MIGUEL GOMES MARTINS
Arquivo Municipal de Lisboa

Preâmbulo

Se bem que existam inúmeros estudos que abordam a administração concelhia no Portugal medievo¹, não existe ainda um trabalho de fundo sobre este tema². No entanto, o recente alento dado à História Regional e Local tem

¹ Cf., entre muitos outros e mais recentemente: Maria Helena da Cruz Coelho, “Concelhos”, in *Nova História de Portugal: Em Definição de Fronteiras - Do condado Portucalese à Crise do Século XIV* (Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), Lisboa, Presença, 1996, pp. 554-589; Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero de Magalhães, *O Poder Concelhio: Das Origens às Cortes Constituintes*, Coimbra, C.E.F.A., 1986; Sérgio Luís de Carvalho, *Cidades Medievais Portuguesas: Uma Introdução ao Seu Estudo*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 80-101; António Manuel Hespanha, *História das Instituições*, Coimbra, Almedina, 1982, pp. 243-255; A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIVe XV*, Lisboa, Presença, 1987, pp. 198-203 e 315; José Mattoso, *Identificação de um País: Oposição*, Vol. I, Lisboa, Estampa, 1988, pp. 335-346; *Identificação de um País: Composição*, Vol. II, Lisboa, Estampa, 1991, pp. 119-132.

² Excepção feita para a monografia de António Matos Reis, *Origens dos Municípios Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991. Contudo, esta obra debruça-se apenas sobre um período que não vai para além dos inícios do século XIII.

vindo, de certo modo, a colmatar esta falha na historiografia portuguesa, lançando luz sobre a organização e actividade de alguns concelhos do país³. Excepção feita para o Porto⁴ e para Lisboa⁵, não existem, também, monografias que se debruçam concretamente sobre a actividade concelhia de localidades específicas.

Face ao panorama geral historiográfico, dir-se-ia que, relativamente a outras cidades do país, a administração municipal de Lisboa, durante o período medieval, se encontra bastante bem estudada. No entanto, muitas são as perguntas que permanecem sem resposta: Quem eram os homens que davam corpo a essa mesma administração? Qual a proveniência sócio-profissional dos alvazis não nobres? E que nobreza era a dos outros alvazis? Que interesses corporativos representavam tanto os alvazis quanto os vereadores? De onde provinha a riqueza dos homens-bons dos concelhos? A resposta a estas e outras questões é da máxima importância para que se conheça melhor, não só as oligarquias dos concelhos, mas também, de uma forma geral, a organização municipal e, em última instância, a vida concelhia durante o período medieval⁶.

A nível metodológico, e para que se possam obter essas respostas, dever-se-á, em primeiro lugar, formular listas de magistrados concelhios⁷ e, em segundo,

³ A lista é, felizmente, bastante extensa, pelo que nos limitamos a referir apenas alguns dos estudos que se encontram publicados e que abordam a problemática da organização concelhia: Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, pp. 229-239; Idem, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / J.N.I.C.T., 1995, pp. 657-730; Herminia Vasconcelos Vilar, *Adrantes Medieval*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1988, pp. 91-96.

⁴ Torquato Brochado de Sousa Soares, *Subsídios para o Estudo da Organização Municipal da Cidade do Porto durante a Idade Média*, Barcelos, s.n., 1989.

⁵ Marcelo Caetano, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990; Maria Teresa Campos Rodrigues, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV*, Separata da Revista Municipal, n.º 101 a 109, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1968.

⁶ Estes objectivos foram já parcialmente atingidos no caso da cidade do Porto, embora para a centúria de Quinhentos, por Pedro de Brito, *Patriciado Urbano Quinhentista: As Famílias Dominantes do Porto (1500-1580)*, Porto, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1991 e *The Stillbirth of Portuguese Bourgeoisie: Leading Families of Porto (1500-1580)*, Separata de *Mediterranean Studies*, Vol. V, North Dartmouth (USA), 1995.

⁷ Relativamente a Lisboa, esta tarefa encontra-se já iniciada com base na documentação medieval do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, *A Evolução Municipal de Lisboa: Pelouros e Vereações*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, Apêndice 1 e Maria Teresa Campos Rodrigues, op. cit., pp. 139-160.

elaborar biografias desses mesmos indivíduos por forma a detectar origens familiares, sociais, profissionais e geográficas, duração das presenças na administração local, percursos institucionais e pessoais, relações familiares no seio da administração local, permeabilidade da administração central a indivíduos oriundos dos órgãos de poder local e *vice versa*, etc... Só assim, mediante a comparação dos vários casos, poderemos ver respondidas as nossas perguntas.

Trata-se, sabêmo-lo, de uma tarefa difícil e impossível de ser realizada a título individual, pelo que apenas terá exequibilidade se for levada a cabo passo a passo, biografia a biografia e, se possível, por um grupo de trabalho que analise sistematicamente a vastíssima documentação com interesse para o estudo deste tema. Nenhum núcleo documental deverá ser subestimado, pois, como este trabalho testemunha, é onde menos se espera que, por vezes, se encontram as referências biográficas com maior interesse⁸.

Neste sentido, o estudo que seguidamente apresentamos é um primeiro contributo para que, em breve, se possa ter um melhor conhecimento das figuras, e respectivas linhagens, que corporizaram a administração concelhia de Lisboa durante a Idade Média⁹.

Para esta análise, a nossa opção recaiu sobre a família Palhavã. Duas ordens de ideias nortearam a sua escolha: Em primeiro, por existir no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (A.H.C.M.L.) um importante conjunto de documentação com informações sobre Pedro Eanes e João Eanes Palhavã. Esse *corpus* documental poder-nos-ia fornecer elementos para a reconstituição dos trajectos destes dois indivíduos durante as suas presenças no concelho. Em segundo lugar, porque tínhamos já uma noção dos núcleos documentais do A.N.T.T. onde deveríamos efectuar a nossa pesquisa. Contudo, foram as dúvidas

⁸ Veja-se o exemplo de um documento do núcleo documental de S. Vicente de Fora que menciona, pela primeira e única vez, João Eanes Palhavã como mercador de Lisboa. O facto de as ligações de João Eanes serem com o Mosteiro de S. Domingos de Lisboa tinha-nos afastado completamente da busca naquele núcleo do A.N.T.T. Ficámos a dever o conhecimento deste precioso documento à gentileza, que aqui agradecemos, da Senhora Doutora Leontina Ventura.

⁹ Este estudo que agora se apresenta corresponde, em linhas gerais, ao texto de um trabalho apresentado durante o ano lectivo de 1996-1997, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito do Mestrado de História da Idade Média (Seminário sobre Nobreza Medieval Portuguesa), orientado pela Professora Doutora Leontina Ventura.

e as incertezas que, em última análise, acabaram por nortear a escolha que fizemos.

As “áreas cinzentas” que nos surgiram numa primeira tentativa de reconstituição prosopográfica eram inúmeras mas, ao mesmo tempo, extremamente aliciantes: A ligação, no mínimo, dificilmente explicável, entre João Eanes e Martim Peres / Maria Soares, de quem foi criado e a existência de, pelo menos, dois indivíduos homónimos (João Eanes Palhavã), o que suscitou, sempre, entre os estudiosos, imensos equívocos¹⁰, eram algumas das muitas questões que podiam, no nosso ponto de vista, ser objecto de uma investigação mais aprofundada de modo a lançar sobre elas alguma luz.

Foi assim, com base em muito poucas certezas que passámos à pesquisa documental. Contrariamente à bibliografia, as fontes acabaram por ser relativamente generosas nos elementos que nos transmitiram e que possibilitaram a realização deste trabalho. No entanto, muitas foram as vezes em que nos deparámos com “becos sem saída”.

Temos plena consciência que poderíamos ter ido mais longe. Ficaram por desenvolver questões como o património fundiário, sua localização precisa e produção agrícola, ou a ligação de João Eanes Palhavã I à família de Riba de Vizela. Ficou também por explicar se existe, ou não, alguma relação directa entre o apelido Palhavã e o topónimo lisboeta. Porém, temos a certeza de termos feito o nosso melhor e dado o nosso contributo para o conhecimento, o mais profundo possível, da família Palhavã e para que, num futuro que esperamos esteja próximo, se tenha uma imagem, que se deseja correspondente à realidade, das elites dirigentes da cidade de Lisboa durante a Idade Média.

Por fim, gostaríamos de deixar expressa uma palavra de gratidão à Senhora Doutora Leontina Ventura, orientadora do Seminário no âmbito do qual este estudo foi realizado e que muito nos ajudou com as suas inúmeras sugestões, críticas e orientação.

¹⁰ O estudo mais actualizado sobre esta família deve-se a Mário Barroca (*Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Porto, 1995 (Dissertação de Doutoramento policopiada). Porém, este autor, baseado nas informações de Gaspar Álvares de Lousada, complementadas com as inscrições tumulares de Martim Peres/Teresa Martins/Maria Soares, Sancha Peres e João Eanes Palhavã, foi, também ele, induzido no erro de confundir pai e filho homónimos.

Introdução

Em finais do século XIII, Lisboa é uma cidade em pleno desenvolvimento. Conquistada que estava Alcácer do Sal, em 1217, bem como todo o Alentejo, nas décadas de 1220-30 e de 1230-40, a segurança estava instalada, quase definitivamente¹¹, na futura capital do reino, de modo a permitir o *boom* demográfico e económico de meados do século¹².

Não existe para Lisboa, tal como para o resto do país, qualquer tipo de censo ou registo equivalente que nos permita conhecer o crescimento populacional da cidade durante os 150 anos que medeiam a reconquista de 1147 e o final do século XIII¹³. Este desenvolvimento encontra-se patente, sobretudo, no surgimento de novas freguesias. Das dez existentes em finais do século XII, o seu número aumenta para vinte e três em meados do seguinte¹⁴.

Todo este incremento tem estreita relação com o facto de a urbe ultrapassar já, largamente, os limites físicos impostos pela cerca moura. A superfície urbana, em 1300, é o triplo da registada em 1147¹⁵.

Nos últimos anos da centúria de Duzentos e princípios de Trezentos, vê-se crescer na cidade um novo troço de muralha na zona da Ribeira, assiste-se ao desenvolvimento de um polo comercial e artesanal na zona baixa junto ao Tejo e observam-se as edificações que avançam pela encosta do Monte de S. Francisco e roubam espaço ao rossio situado junto do Mosteiro de S. Domingos. Criam-se novos bairros e os mosteiros, até aí periféricos como o de S. Vicente de Fora, deixam de estar isolados do núcleo urbano.

¹¹ Uma prova que Lisboa não era ainda totalmente segura é o facto de D. Dinis mandar edificar, com a colaboração do concelho, uma muralha na zona ribeirinha da cidade *de la mha torre da escrivanya ataa mhas casas das galees de contra o mar* (*Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, pp. 109-110).

¹² A. H. de Oliveira Marques, “Lisboa Medieval: Uma Visão de Conjunto”, in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, p. 81.

¹³ Oliveira Marques sugere a cifra de 14.000 habitantes para o final do século XIII (Idem, *ibidem*, p.85).

¹⁴ Sobre o desenvolvimento paroquial de Lisboa, veja-se: A. Vieira da Silva, *As Freguesias de Lisboa*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1943.

¹⁵ Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao fim do Século XIII*, Lisboa, Palas, s.d., p. 72.

Miguel Gomes Martins

Esta Lisboa adquire também uma nova feição no que concerne às actividades económicas que nela se desenvolvem. Se bem que a cidade, em plena articulação com o seu termo, continue a manter um forte pendor agrícola e, embora num plano inferior, piscatório, artesanal e comercial, os meados do século XIII trazem consigo um novo factor de desenvolvimento económico: O grande comércio internacional.

Tal como afirma Oliveira Marques, “é impossível falar de Lisboa como cidade mercantil à maneira de uma Veneza ou uma Bruges”¹⁶. Todavia, talvez devido à maior segurança que se passou a sentir no Mediterrâneo graças à queda de Cartagena (1245) e de Sevilha (1248), complementada com a conclusão da Reconquista Portuguesa, os navios genoveses começam a afluir ao porto de Lisboa¹⁷. Mas não só. Aqueles seguem-se os mercadores dos outros reinos peninsulares, da Flandres, da Inglaterra, de França e das repúblicas italianas¹⁸. A meio caminho entre o Mediterrâneo e o norte europeu, Lisboa “torna-se o ponto de encontro onde os homens do Norte vêm trocar mercadorias com os do Sul. Até que os portugueses se lançam, definitivamente, na senda do comércio a longa distância”¹⁹.

O grande comércio, com o conseqüente processo de fazer e desfazer fortunas, começa a remodelar a secular divisão da riqueza assente na posse da terra e traz consigo novas clivagens sociais que não a tradicional dicotomia entre cavaleiros e peões²⁰. Surgem aqueles a quem podemos chamar, com bastante segurança, burgueses.

São pois homens como estes, ligados, inicialmente e sobretudo, ao grande comércio que se tornam, no período em análise, os homens bons dos concelhos e que, paulatinamente, vão tendo um acesso cada vez maior aos cargos de gestão municipal. Paralelamente, um processo semelhante começa a verificar-se com os oficiais mecânicos que, graças ao aumento do volume dos seus negócios,

¹⁶ A. H. de Oliveira Marques, “Lisboa Medieval: Uma Visão de Conjunto”, op. cit., p. 85

¹⁷ Gérard Pradalié, op. cit. p. 60.

¹⁸ Pedro Gomes Barbosa, “Lisboa: o Tejo, a Terra e o Mar”, in *Lisboa: O Tejo, a Terra e o Mar (e Outros Estudos)*, Lisboa, Colibri, 1995, p. 21.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 21.

²⁰ Gérard Pradalié, op. cit, p. 107.

ligado ao crescimento populacional e ao incremento das actividades comerciais e mercantis, vão também aumentar muitos dos seus pecúlios e ver assim abertas as portas da administração concelhia.

Todo o cosmopolitanismo que se verifica na cidade não é, de modo algum, alheio à instalação, com um carácter de quase-permanência, da chancelaria régia, e naturalmente do rei e da corte, em Lisboa.

Este pano de fundo de desenvolvimento urbano apresenta-se como ideal para a pregação e demonstrações de pobreza das novas ordens mendicantes. Franciscanos e Dominicanos introduzem-se em Lisboa, respectivamente, em 1217²¹ e cerca de 1240, e estendem o seu apostolado a todas as camadas sociais, sendo, contudo, como afirma José Mattoso, “os franciscanos mais populares e os dominicanos mais intelectuais”²².

E são também os intelectuais (canonistas, legistas, artistas e médicos, entre outros) que em Lisboa se instalam com a recém criada Universidade, venham eles como mestres ou como pupilos.

Porém, a Lisboa da Universidade é, também, a Lisboa dos novos “empregados do Fisco”, como lhes chama Marcelo Caetano²³. Os o vençais aumentam tanto no número quanto na sua especialização, o que se traduz, por motivos óbvios, em conflitos entre o rei e a cidade, conflitos esses que haviam já tido forte expressão durante o reinado de Afonso III, com a apropriação dos rossios por parte da coroa, subtracção dos mouros e judeus à jurisdição municipal e com o lançamento de taxas e impostos considerados ilegais pelo concelho, entre muitos outros agravos²⁴.

Todo este quadro de constantes mutações tem também os seus reflexos no âmbito da administração municipal de Lisboa. Se bem que se comecem a detectar logo em finais da centúria de Duzentos, o início do século XIV marca o dealbar

²¹ O Convento de S. Francisco da Cidade só ficou concluído em 1246. Porém, os franciscanos possuíam em Lisboa um pequeno ermitério onde se congregavam desde 1217 (Manuel Ferreira da Sil va, “S. Francisco da Cidade”, in *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados, 1994, p. 798).

²² José Mattoso, *Identificação de um País: Oposição*, Vol. I, op. cit., p. 414.

²³ Marcelo Caetano, op. cit., p. 33

²⁴ Gérard Pradalié, op. cit., p. 30.

de um período de profundas alterações nas estruturas concelhias de Lisboa. Logo nos primeiros anos da centúria de Trezentos, dá-se um aumento do número dos alvazis²⁵ que de dois passam para quatro: Dois alvazis dos ovençais e dos judeus, que julgam os pleitos dos ovençais e as contendas entre cristãos e judeus e dois alvazis gerais que julgam as restantes contendas. É também criado o procurador do concelho, eleito pela assembleia dos homens bons para efectuar a defesa dos interesses concelhios e representá-lo junto da coroa, de particulares e de instituições com quem o concelho mantivesse negócios ou pleitos. O aumento do volume dos negócios em que o concelho se encontra envolvido leva à criação dos cargos de tesoureiro e de contador. É igualmente no início do século XIV que surge o escrivão do concelho, escolhido de entre os escrivães e tabeliães da cidade para servir, exclusivamente, o concelho.

É também na primeira metade da centúria de Trezentos que surge a figura do corregedor. Inicialmente com uma jurisdição alargada a toda uma comarca (no caso, o corregedor que tinha jurisdição sobre Lisboa seria o da Estremadura), este funcionário régio viria, no reinado de D. Fernando a ver os seus poderes alterados com a circunscrição da sua acção apenas a Lisboa. O corregedor, como representante do monarca, detém funções administrativas, policiais, fiscais, judiciais e militares. Além disso, fiscaliza os juizes do concelho e a sua actuação. E um cargo de nomeação régia tal como, durante alguns anos, o tesoureiro e o escrivão do concelho.

Paralelamente à criação dos corregedores, surgem outros novos elementos na administração municipal de Lisboa: os vereadores. Escolhidos pelo corregedor, aqueles homens bons jurados estão encarregues do *bõom enuereamento da dicta uila ou julgado*²⁶. Esta medida traz grandes alterações ao papel dos alvazis, que vêm a sua acção reduzida ao plano jurídico, o que se

²⁵ O alvazil era uma magistratura municipal, surgida na segunda metade do século XII cujo carácter electivo se encontra atestado desde inícios do século XIII (Marcelo Caetano, op. cit., p. 24 e ss). Ao alvazil cabiam, sobretudo, responsabilidades do foro judicial, de tal modo que, durante o século XIV passam mesmo a ser designados como juizes.

²⁶ É nestes termos que o Regimento dos Corregedores de 1340 se refere aos vereadores (Marcelo Caetano, op. cit., p. 149).

confirma pelo desdobramento das funções dos alvazis gerais que, a partir daí, passam a ser do cível, ou do crime. São escolhidos por carta régia ou por eleição. Além disso, começam a ser designados como juízes.

Mas as alterações não se ficam por aqui. As assembleias dos homens bons passam, depois de uma breve “experiência democrática”, como lhe chama Marcelo Caetano, em que se “ampliava a assembleia para além dos burgueses que constituíam a aristocracia dos homens bons aos simples mesteiros”²⁷, a contar, definitivamente, com a participação de todos os estratos da população da cidade. Contudo, estas reuniões encontram-se já completamente esvaziadas da importância que haviam tido até finais do século XIII.

Um outro elemento inovador e igualmente de primordial importância é o facto de as audiências ordinárias do concelho passarem a ser presididas por um alvazil geral (do cível ou do crime) nomeado para esse efeito pelo próprio concelho.

Todas estas profundas e constantes mutações verificam-se, igualmente, no local de reunião dos órgãos da administração local. Se até 1336 só se encontram registos de reuniões em locais ao ar livre (junto à Sé, no adro da Sé, ante a porta da Sé)²⁸, a partir daquela data, passam a ter lugar num local identificado como Paço do Concelho, ou Câmara do Paço do Concelho²⁹. Excepção feita para uma reunião nos Paços da Moeda (1352)³⁰, para outra no balcão a par da Sé (1360) e uma outra, datada de 19 de Fevereiro de 1356, que menciona, como local da sua realização, “os paços onde João Eanes Palhavã faz audiência”³¹.

De todas estas modificações de que aqui temos vindo a dar conta, a família Palhavã é testemunha e uma interventora privilegiada. Em primeiro lugar, por se encontrar profundamente ligada, numa fase inicial - com Martim Peres e João Eanes - ao desenvolvimento comercial e mercantil que se verificou na cidade e, numa segunda - com Pedro Eanes e João Eanes II - por manter uma

²⁷ Marcelo Caetano, op. cit., p. 32.

²⁸ Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo, *Casas da Câmara de Lisboa*, Lisboa, s.n., 1951, p. 29.

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 29.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 29.

³¹ A.H.C.M.L.-Núcleo por organizar, *Livro 1 de Sentenças*, doc. n.º 8.

relação de proximidade muito estreita com as mutações verificadas ao nível das estruturas administrativas concelhias. E precisamente em torno desta família que desenvolveremos este estudo, procurando detectar de que forma se verificou o percurso desta linhagem durante o período de cerca de 100 anos compreendidos entre 1253 e 1357.

O Poder Económico:

Martim Peres Palhavã

Não conseguimos, de maneira nenhuma, descortinar qual será a origem do nome Palhavã. Antes de Martim Peres Palhavã não parece ter havido ninguém que utilizasse este mesmo apelido. No entanto, não nos parece tratar-se de um nome de família, mas sim de uma alcunha. A documentação consultada levamos a pôr esta hipótese, pois um diploma datado de 1276 refere-o, por duas vezes, como *Martinus Petri dictus Palleavana*³². Além disso, era conhecido também, e simplesmente, como “o Palhavã”³³.

A causa desta alcunha pode ter inúmeras explicações. Uma delas sugere que D. Martim, ou a sua família, fosse oriundo de um dos locais com o topónimo Palhavã (em Lisboa, em Tomar ou Setúbal). A sua proveniência seria assim assinalada através de uma alcunha³⁴ que, neste caso e mais tarde, se veio a transformar em apelido. Pode também acontecer que este nome seja uma

³² A.N.T.T.-Leitura Nova, *Livro XII da Estremadura*, fl. 153v.

³³ Maria Soares, sua mulher, era identificada como *uxoris de Palevana* (*Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livros dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas*, Lisboa, C.M.L., 1954, p. 346). Veja-se também o caso de um documento que se refere a Maria Soares nos seguintes termos: *Dona Maria a de Palhavaã* (A.N.T.T.-Leitura Nova, *Livro II de Direitos Reais*, fl. 59-59v). Uma outra hipótese a explorar, mas para a qual não possuímos quaisquer dados, é a que aponta a expressão “de Palhavaã” como sendo um locativo. Se assim fosse, poderíamos estar face à resolução do problema da origem do apelido/alcinha Palhavã, que teria origem no topónimo.

³⁴ Os nomes geográficos, na Idade Média, indicavam, quase sempre, o local de origem daquele que o usava, ou de seus pais (Iria Gonçalves, “Para o estudo da área de influência do Porto nos fins do século XIV”, in *Um Olhar Sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 142).

expressão cujo significado, no espaço de 700 anos, se tenha perdido, sendo por isso, para nós, completamente imperceptível. No entanto, tudo isto carece de confirmação documental, pelo que não passam de meras conjecturas.

A primeira referência a este indivíduo data de Novembro de 1253, quando surge como testemunha da elaboração de um diploma relativo à doação da Lezíria de Alcoelha a D. João Peres de Aboim³⁵. Sabemos que morava em Lisboa, na freguesia da Madalena, numas casas situadas no adro dessa igreja³⁶, por certo as mesmas casas que nos surgem referidas como sendo localizadas na Rua da Sapataria³⁷. Martim Peres foi ainda proprietário de umas tendas nessa mesma freguesia, que acabaria por vender, em data indeterminada, a Maria Rodrigues³⁸.

Não existem indícios documentais que nos apontem, com total certeza, qual a actividade de Martim Peres. Porém, julgamos que tenha sido um dos muitos mercadores que nos finais do século XIII começavam a despontar nas mais importantes cidades do reino. “Habitavam nas melhores ruas das cidades, deslocavam-se em bestas de sela, viviam em suma como senhores a quem, tantas vezes excediam no montante dos rendimentos”³⁹. A presença de Pedro Esteves e João Garcia *mercatores*, enquanto testemunhas da compra de três tendas na freguesia da Madalena feita por Martim Peres a Afonso III⁴⁰, pode ser um indício dessa mesma actividade. As mesmas ilacções podem ser tiradas quando encontramos os nomes de Cristóvão e Abril Peres (irmãos?), mercadores de Lisboa, a testemunhar a primeira alteração ao testamento de Maria Soares, sua mulher⁴¹. Estes voltam a surgir na segunda alteração acompanhados, desta feita,

³⁵ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo I, p. 913.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 913.

³⁷ A.N.T.T.-Leitura Nova, *Livro II de Direitos Reais*, fl. 72v-73. A Rua da Sapataria ficava situada na freguesia da Madalena (A.N.T.T.-Chancelaria de D. Dinis, Livro IV, fl. 57 e fl. 88 e Leitura Nova, *Livro II de Direitos Reais*, fl. 72-72v, entre outros).

³⁸ *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livros dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas*, Lisboa, C.M.L., 1954, p. 337. Talvez se tratem das mesmas tendas que comprou, em 1276, ao rei (A.N.T.T.-Leitura Nova, *Livro XII da Estremadura*, fl. 153v).

³⁹ A.H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, op. cit., pp. 267-268.

⁴⁰ A.N.T.T.-Leitura Nova, *Livro XII da Estremadura*, fl. 153v.

⁴¹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 321.

por Francisco Eanes, igualmente mercador de Lisboa⁴². A estreita relação que tanto Martim Peres como a sua mulher tiveram com João Eanes Palhavã, também ele mercador de Lisboa⁴³, a quem fizeram *muyto bem e muita prol*⁴⁴, afiguraremos como mais um indicador da ligação com o mundo da mercancia. Não a pequena actividade comercial dos almocreves ou da venda em mercados e tendas, mas sim o comércio de alto trato, dos grandes mercadores de importação e exportação.

Terá sido, justamente, a riqueza acumulada e o prestígio que daí adveio que o converteu numa das mais proeminentes figuras da Lisboa do seu tempo. A comprová-lo está a carta de doação da Lezíria de Alcoelha, datada de Novembro de 1253, através da qual o concelho lisboeta doava a D. João Peres de Aboim essa extensa propriedade⁴⁵. Nesse diploma, D. Martim Peres, surge, entre as testemunhas, a par de figuras como Pedro Martins de Casével⁴⁶ e Martim Anes, irmão do chanceler Estêvão Anes⁴⁷.

Que outra actividade teria permitido a Martim Peres acumular a fabulosa riqueza que o testamento de sua mulher timidamente espelha senão a de mercador? As cerca de 29.000 libras que Maria Soares deixou em testamento não são, garantidamente, fruto de rendimentos fundiários já que não eram muitos os bens prediais que o casal possuía (algumas casas em Lisboa, uma delas junto à Porta da Corredoura, outra na qual habitava Vasco Gil, uma outra situada na Pedreira, onde morava D. Margarida, uma tenda na Rua dos Mercadores e um forno)⁴⁸. A estes, acrescentam-se as casas, herdades, vinhas, quinhões de tendas,

⁴² A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 320.

⁴³ A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, 1.ª Inc. Maço 4, doc. n.º 21.

⁴⁴ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315.

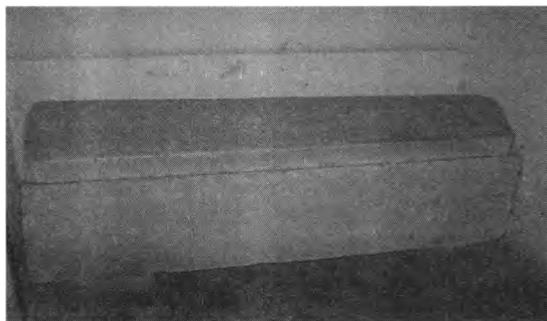
⁴⁵ *Livro dos Bens de D. João de Portel* (Pub. por Pedro de Azevedo), Lisboa, Arquivo Histórico Português, 1906-1910, Doc. XXVII, p. 36.

⁴⁶ Pedro Martins de Casével foi sobrejuiz (1261-1264) e vice-mordomo de Afonso III (1265-1266). A sua presença entre as testemunhas desse diploma talvez se deva ao facto de ter sido vassalo de D. João de Portel [Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, (Dissertação de Doutoramento policopiada), pp. 623-625].

⁴⁷ Martim Anes (1254-a. 1282) foi porteiro-mor do rei (1254-1265), guardador da moeda nova (1264) e acumulava as funções de alcaide do mar e da terra em Lisboa. Era colaço de Afonso III e possuidor de inúmeros bens na capital (Leontina Ventura, op. cit., pp. 595-596).

⁴⁸ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321.

adegas e azenhas que legou para manutenção da sua capela⁴⁹. Nem uns nem outros parecem, porém, suficientes para que Martim Peres e sua mulher acumulassem a riqueza que acabaram por juntar. Estes imóveis não espelham, de modo algum, a riqueza desta



1. Sarcófago de Martim Peres Palhavã, de Maria Soares e da filha de ambos (Igreja de S. Domingos de Lisboa)

família. O mesmo se passa com os escassos bens móveis mencionados pela documentação (quatro leitos e uma arca)⁵⁰, que são, no entanto, segundo Oliveira Marques, as mais importantes peças do mobiliário medieval⁵¹.

Quanto a descendentes, as informações veiculadas pela documentação são consensuais no que toca à existência de uma filha⁵², sepultada, tal como seus pais, no Mosteiro de S. Domingos de Lisboa. Um livro de missas da igreja desse mosteiro, refere *Dom Martim Periz seu marido [de Maria Soares] e... Dona Sancha sua filha*⁵³, o mesmo acontecendo com um livro de aniversários oriundo da mesma instituição⁵⁴. Porém, numa sepultura que ainda hoje se encontra no claustro do mosteiro, deparamos com a seguinte inscrição: “...TAREYIA MarTIIInZ FILHA De MarTIm PerIZ PALHAVAA E MO-LHER DE DOm IOHAM DOMINGUIZ/ BAU[-]...⁵⁵”, o que, se bem que não coincida com o que acima referimos, vai ao encontro de um outro documento oriundo do cartório do mesmo mosteiro de S. Domingos que informa: [de] *Martim Perez*

⁴⁹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 73, fl. 11.

⁵⁰ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n° 320.

⁵¹ A.H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1987, pp. 76-80.

⁵² Nenhum dos documentos consultados menciona, simultaneamente, mais que uma filha.

⁵³ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 64, fl. 3.

⁵⁴ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 73, fl. 5 e 11.

⁵⁵ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 1, p. 912.

*Palhavaa e da dicta Maria Soares e de Dona Tareryia Martinz sa filha*⁵⁶. Perante estes elementos, julgamos não haver motivo para duvidar da existência de duas filhas: D. Sancha e D. Teresa, tendo esta sido casada com D. João Domingues B au [...], conforme nos é indicado pela inscrição funerária atrás referida⁵⁷. Contudo, encontramos assim face a um problema. Se parte da documentação nos leva a crer que seria D. Sancha quem estaria sepultada com os seus pais, outra parte, bem como um vestígio material incontornável, fazem-nos acreditar que teria sido D. Teresa a ocupar esse lugar. Face a estas duas posições, parecemos que a atitude mais prudente será a de aceitar a existência de duas filhas mas manter uma posição crítica relativamente a qual das duas teria sido sepultada em S. Domingos. De qualquer forma, cremos que a segunda hipótese é a que se apresenta com maior credibilidade.

No dia 18 de Outubro de 1279, morria Martim Peres Palhavã⁵⁸. Deixava viúva D. Maria Soares, com quem se encontrava casado desde, pelo menos, 1276⁵⁹.

D. Maria Soares devia ser oriunda de uma família com um certo prestígio. Os seus pais, cujos nomes desconhecemos⁶⁰, encontravam-se sepultados na Sé de Lisboa, pelo que seriam, no mínimo, possuidores de uma riqueza assinalável.

Quanto à sua família biológica, conhecemos-lhe um irmão, Frei João Soares, já morto em 1293⁶¹, uma sobrinha, Domingas Eanes⁶² e um sobrinho, Afonso Migueis, raçoeiro da Sé de Lisboa e seu testamenteiro⁶³. A documentação regista também vários afilhados e afilhadas, se bem que destes só se conheça o nome de um deles, Estêvão Soares; uma comadre, Maria Domingues; uma co-afilhada de sua filha (Sancha ou Teresa?), filha de D. Leonor; Teresa Peres sua *parenta* e ainda uma colaça de nome Estevainha⁶⁴.

⁵⁶ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315.

⁵⁷ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 1, p. 912. Não nos foi possível descortinar quem terá sido este João Domingues.

⁵⁸ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 1, p. 912.

⁵⁹ A.N.T.T.-Leitura Nova, *Livro XII da Estremadura*, fl. 153v.

⁶⁰ Presumimos, por dedução do patronímico, que o seu pai se chamasse Sociro.

⁶¹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

⁶² A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321.

⁶³ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 320.

⁶⁴ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

Quanto aos que sob a sua alçada, e muito naturalmente de seu marido, foram criados, conhecemos os nomes de Afonso, João Garcia, Fernão Peres morador em Odemira⁶⁵, as irmãs Maria e Mor Martins, João Eanes [Palhavã] e os seus *criados do monte*⁶⁶.

No grupo dos serviçais, temos apenas conhecimento de três escravos: um mouro⁶⁷ e duas mouras, uma identificada como sendo coxa e outra de nome Joana⁶⁸.

Quanto às suas relações pessoais, é notório um elevado número de religiosos, frades na sua maioria: frei João Jacome, frei Gonçalo da Calçada⁶⁹, frei Rodrigo Estevães, frei Pedro Lopes, frei João, frei Jorge, frei Gil de Tomar, frei Martim de Castro, frei Paio, frei Durão e frei Pedro Gonçalves⁷⁰, cujas ordens desconhecemos. De entre o grupo dos religiosos encontramos alguns frades identificados claramente como sendo dominicanos. São eles frei Estêvão Martins⁷¹ e frei Estêvão Mendes⁷². As últimas vontades de Maria Soares mencionam ainda Estêvão Domingues, clérigo da Madalena; João Martins, cónego de Évora; frei Martim Eanes dos “clérigos maiores”; frei Rui Salvadores da “ordem dos maiores” e frei João, franciscano⁷³. Encontramos ainda a referência a um freire da Ordem de Avis, de nome Martim Peres⁷⁴. De entre os

⁶⁵ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

⁶⁶ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321. Não compreendemos o que se esconde por detrás desta designação. Contudo, parece remeter para a periferia da cidade, tal como acontece com os *alcaides dos montes*.

⁶⁷ Curioso é o facto de Maria Soares permitir que *se o ditto mouro der a ellas* [a Maria e a Mor Martins, a quem Maria Soares o deixa] *sincoenta libras que el fique forro* (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321), o que implica que o referido mouro seria detentor de algumas economias.

⁶⁸ Esta moura côxa deveria ser entregue a Domingas Eanes de Chelas (freirá?), para que *a ensinem e que a castiguem e que façam delia boa molher* (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322). Esta disposição revela-se extremamente dúbia, pois pode ser interpretada como um castigo ou como uma recompensa.

⁶⁹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322 e A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321.

⁷⁰ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

⁷¹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321 e n.º 322.

⁷² A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

⁷³ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

⁷⁴ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 320.

Miguel Gomes Martins

clérigos com quem se relacionava, há que destacar a existência de um seu abade. Este era, em 1293, frei Miguel⁷⁵, enquanto que, em 1296, encontramos no seu lugar Estêvão Domingues, clérigo da Igreja da Madalena⁷⁶.

Durante a sua vida, Maria Soares foi uma autêntica “mecenas” da instituição que a viria a acolher depois de morta. Na sua sepultura, em S. Domingos de Lisboa, uma inscrição informa: “DONA M(ari)a FEZ ESTA CAPELA ACIMOU A CRASTA O LACATORIO E O CAmPANARIO DESTE LOG(a)R⁷⁷”. A própria D. Maria, no seu testamento confirma o facto de ter mandado construir a capela onde viria a ser sepultada: *ahy hu eu fiz a cappella*⁷⁸.

A essa capela, vinculou as seguintes propriedades:

*...”os casaes de Caranque e vinhas na Charneca e quinhom das tendas na çapataria e adega na triperia e no Lomear e na Torre e as casas que som acima do poço do chaão que som quatro portaaes de casas na Rua de Leyxa Estar acima donde matam os carneyros as açenhas de Caranque e os casaes”*⁷⁹...

Esta fundação parece ser posterior à morte de seu marido, pois caso contrário teria sido instituída, parece-nos, por ambos, ou com o outorgamento do cônjuge, como era habitual na época. O facto de não nos ter sido possível encontrar o documento da instituição desta capela - provavelmente não se encontra já entre os que compõem o Núcleo de S. Domingos de Lisboa - impede-nos de descortinar qualquer tipo de especificações relativas à gestão dessa capela. Porém, sabemos que entre outras disposições, D. Maria Soares estipulou que *tres sacerdotes digão cada dia tres missas na sua cappella e ... tres vezes no anno sayão com cruz aguoa benta e ençenso sobre Dom Martim Periz e... sobre Dona Sancha [sua filha]*⁸⁰.

⁷⁵ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

⁷⁶ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321. Curiosamente e contrariamente ao que seria de esperar, não parece ter havido qualquer tipo de pressão por parte deste abade no sentido de D. Maria fazer mais doações à Igreja da Madalena do que as que já havia feito em 1293.

⁷⁷ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 1, p. 912.

⁷⁸ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 50, fl. 137.

⁷⁹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 73, fl. 11. *Leyxa Estar* trata-se de um corruptela de *Aleixo Esteves* (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 64, fl. 3) e situava-se na Freguesia de S. Nicolau, em Lisboa (Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551-Sumário*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 117).

⁸⁰ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 64, fl. 3.

Esta forte relação com o Mosteiro de S. Domingos de Lisboa era apenas uma faceta da particular proximidade que parece ter existido entre D. Maria e essa ordem religiosa. Veja-se, a comprová-lo, os legados testamentários desta senhora onde se destacam doações de 100 libras feitas aos mosteiros dominicanos de Eivas, Coimbra, Porto, Santarém, Guimarães e Évora⁸¹. D. Maria Soares deixava ainda 50 libras às dominicanas de Santarém⁸². Mas, acima de todos eles, sobressai o de Lisboa, amplamente beneficiado com doações pecuniárias e bens fundiários.

Não nos foi possível descortinar qualquer motivo particular que desse origem a esta ligação entre D. Maria e os Dominicanos. Porém, ela parece vir na sequência de uma preferência que, tanto Sancho II como Afonso III parecem ter demonstrado por esta ordem⁸³, preferência essa que, num fenómeno compreensível de mimetismo, acabou também por se manifestar nos grupos sociais mais favorecidos. Esta tendência, característica sobretudo dos meios urbanos, verifica-se também na escolha dos mosteiros dominicanos como local de sepultura, o que só foi possível a partir da primeira metade do século XIII, graças à autorização papal para que esses locais pudessem dar sepultura a quem o desejasse⁸⁴. Essa escolha, como o demonstrou Herminia Vasconcelos Vilar, acabou por relegar para um plano secundário todas as outras ordens religiosas e registou-se também durante todo o século XIV e XV⁸⁵. Para que esta situação se tenha verificado, contribuiu o facto de as ordens mendicantes serem “um dos grupos privilegiados pela escolha dos laicos para a difícil tarefa de assegurar as relações entre os mortos e a divindade”⁸⁶. No caso de Maria Soares, pode também

⁸¹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

⁸² A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322. O convento feminino dominicano de Santarém, parece ter surgido da aglutinação de algumas emparedadas da vila (Maria Alegria Fernandes Marques. “O clero: homens de oração e de acção”, in *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras*, op. cit., p. 232).

⁸³ José Mattoso, *Identificação de um País: Oposição*, Vol. I, op. cit., p. 414.

⁸⁴ Maria Angela Beirante, “Para a História da morte em Portugal”, in *Estudos de História de Portugal-Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Vol. I, Lisboa, Estampa, 1982, p. 379.

⁸⁵ Herminia Vasconcelos Vilar, *A Vivência da Morte no Portugal Medieval: A Estremadura Portuguesa (1300 a 1500)*, Redondo, Patrimonia, 1995, pp. 98-100.

⁸⁶ Idem, *ibidem*, pp. 145-146.

ter existido alguma pressão no sentido de a sua escolha incidir sobre os dominicanos. Essa pressão de ve ter sido exercida pelo seu abade, que à altura da redacção do seu testamento, era frei Miguel, muito naturalmente, também ele um dominicano⁸⁷.

Curioso é o facto de Maria Soares não ter instituído apenas essa capela. O seu testamento é claro quanto ao facto de ter fundado uma outra capela na Igreja da Madalena⁸⁸. Além de benemérita de S. Domingos, a mulher de Martim Peres, por disposições testamentárias, deixava à igreja da sua paróquia a quantia de 2.000 libras para que fossem compradas as casas dos clérigos dessa mesma igreja, de modo a que se pudesse ampliar o templo, se fizesse um adro e construísse uma capela onde, diariamente se cantasse pela sua alma, de seu marido e filha. Caso essa quantia não fosse suficiente, disponibilizava ainda, através do seu testamento, o que fosse necessário para a execução dessas obras⁸⁹.

A sua ligação, e eventualmente de seu marido, à Igreja da Madalena, verifica-se também no facto de legar a essa igreja, através do seu testamento, mais de 500 libras, não só para os clérigos, mas também por falhas e para cantar missas⁹⁰. Acresce ainda o facto de um dos clérigos desse templo, Estêvão Domingues, ser uma das testemunhas da elaboração do testamento de Maria Soares⁹¹, de quem era também abade⁹².

No dia 9 de Setembro de 1296, três dias depois de ter elaborado o segundo documento de alterações ao seu testamento, Maria Soares morria. O seu corpo era depositado num sarcófago, onde foram também colocados os restos mortais de seu marido e filha, falecidos, respectivamente, em 1279 e 1290. A família

⁸⁷ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322. O facto de ser um frade e tendo em linha de conta as relações estreitas que D. Maria mantinha com os dominicanos, leva-nos a acreditar que Frei Miguel fosse membro dessa ordem.

⁸⁸ Não esqueçamos que Martim Peres e sua mulher habitavam muito próximo dessa igreja, pelo que, como paroquianos deveriam frequentar esse templo e não outro, o que criou, certamente, laços com a Igreja da Madalena.

⁸⁹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322. Não possuímos qualquer dado que nos permita confirmar se essas obras foram, ou não, levadas a cabo.

⁹⁰ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

⁹¹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

⁹² A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321.

nuclear voltava a encontrar-se: “Os laços que o tinham amparado em vida, fosse com os pais, fosse com o cônjuge, eram os que se procurava manter para lá da passagem ao Além. A reconstituição da linhagem era uma forma pública de reafirmar, mesmo após a morte, a união e o poder de uma família, mas era, também, para cada um dos defuntos uma forma de obtenção de força para enfrentar o desconhecido que o esperava”⁹³.

Além dos bens transmitidos por disposições testamentárias, um outro legado seria transmitido. O nome Palhavã, mais uma vez sob a forma de alcunha, voltaria a surgir, desta feita ligado a João Eanes, criado de Maria Soares.

João Eanes Palhavã

No dia 13 de Setembro de 1296, em presença de Aires Migueis, tabelião de Lisboa, foi elaborado um *estromento* no qual se confirmava a autenticidade dos diplomas onde se encontravam expressas as últimas vontades de D. Maria Soares, morta quatro dias antes⁹⁴. A apresentar esses documentos estavam os seus testamenteiros, Afonso Migueis e João Eanes Palhavã⁹⁵. Os documentos foram lidos e transcrito o início da segunda e da penúltima linha de cada um deles. A sua autenticidade ficava assim confirmada para a posteridade. Um destes dois homens tinha particular interesse em que fossem cumpridas na íntegra as disposições testamentárias de Maria Soares.

Aqueles documentos, como já foi atrás referido, beneficiavam inúmeras instituições, de onde se destacam os Mosteiro de S. Domingos de Lisboa e a

⁹³ Herminia Vasconcelos Vilar, op. cit., p. 110.

⁹⁴ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo I, p. 912.

⁹⁵ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 319. João Eanes havia sido nomeado testamenteiro de Maria Soares logo em 1293, em conjunto com Pedro Peres Cábuelas (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322). No entanto, por morte deste, foi escolhido para o seu lugar, em Agosto de 1296, João Domingues, filho de D. Domingos Viegas (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321). Este João Domingues pode perfeitamente ser o genro de D. Maria Soares, marido de Teresa Martins. Porém, este veio a ser substituído, por sua morte, por Afonso Migueis, raçoero da Sé de Lisboa e sobrinho da testadora (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 320).

Miguel Gomes Martins

Igreja da Madalena, bem como diversos particulares. Destes sobressai, claramente, um indivíduo de nome João Eanes, nada mais nada menos que o mesmo João Eanes Palhavã, testamenteiro e criado de Maria Soares^{96 97}. Este era, sem qualquer margem para dúvida, o grande beneficiado por aquele testamento e, por isso, aquele que maior empenho teria em ver escrupulosamente praticadas essas cláusulas:

“Item mando a João Eannes por muito serviço que me fez qual herdamento quer que haja de companha sinco mil libras e esto lhe mando por muito serviço que del sempre receby e porquanto os filhara por mim e se Deus quizera em efeito de mim e de meu testamento⁹¹...

Item mando a Joam Eannes meu testamenteiro meu criado especialmente por muito serviço que fez a mim e a meu marido e a minha filha qualquer ganho que Deus deu por razom do cabedal que elle de mim trage asim como conta nosos instrmentos que eu e el demos Item mando que quanto he o meu direito que o dito João Eannes o filhe e o recade em sy pera cazamento de seus filhos e demais ao ditto Joan 'Eanes mando especialmente o meu forno que el ganhou que he a cabo de sua morada esto lhe mando mais com aquello que jaz em o primeiro instrmento de meu testamento ”⁹⁸...

João Eanes Palhavã encontrava-se assim, a partir de 9 de Setembro de 1296, na confortável posição de herdeiro da esmagadora maioria dos bens de Maria Soares e de Martim Peres⁹⁹. Mas quem era este indivíduo que, subitamente, se apresenta como detentor de uma fortuna classificável, no mínimo, como invejável?

⁹⁶ Não encontramos explicação para o facto de Maria Soares nunca identificar este João Eanes como Palhavã. Por outro lado, a restante documentação que o menciona refere-o sempre como João Eanes Palhavã. Podemos assim aventar a hipótese de a proximidade de João Eanes relativamente a Martim Peres e Maria Soares lhe ter grangeado aquela alcunha, bastante conhecida ao que parece, pois o próprio tabelião que elabora o testamento de Maria Soares refere-o com essa alcunha. Facto é que após a morte de Maria Soares, será quase sempre identificado como João Eanes Palhavã. No entanto, como que a comprovar que o Palhavã do seu nome se trata de uma alcunha, veja-se um documento régio de 1306, no qual lhe chamam *Johan 'Eanes dicto Palhavaã* (A.N.T.T.-Chancelaria de D. Dinis, Livro III, fl. 152-152v).

⁹⁷ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

⁹⁸ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321.

⁹⁹ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 1, p. 916.

A família Palhavã (1253-1357)

A primeira referência que encontramos data de 1290, quando surge a testemunhar a doação em préstamo da aldeia de Pousada, no termo da Guarda, feita pelo Prior de S. Vicente de Fora, D. Estêvão, a D. Martim Gil de Riba de Vizela e a seu filho, Martim Gil. João Eanes surge, neste documento elaborado em Lisboa, identificado como mercador desta cidade¹⁰⁰. Não voltamos, no entanto, a encontrar qualquer outro indicador desta ligação à família de Riba de Vizela.

O facto de, na elaboração do testamento de Sancha Peres, sua mulher, estarem presentes, na qualidade de testemunhas, três mercadores - Pedro Eanes, Gonçalo Eanes e João Mirao¹⁰¹ - reforça a nossa convicção, provada pela forma como é apresentado no documento da doação da aldeia de Pousada, que João Eanes Palhavã estava profundamente ligado ao mundo do grande comércio, de importação e/ou exportação, tal como tinha acontecido com Martim Peres Palhavã. Seria também ao nível comercial que João Eanes e Martim Peres Palhavã se relacionaram. Talvez mesmo em sociedade ou qualquer outra forma de associação. No entanto, é o facto de ser criado de Maria Soares¹⁰² e muito possivelmente de seu marido, que justifica, pelo menos numa primeira fase, a ligação aos Palhavã. Esta criação, feita naturalmente desde tenra idade, teria aproximado João Eanes dos seus criadores, ao ponto de lhes fazer, como afirma D. Maria, *muito serviço... a mim e a meu marido e a minha filha*¹⁰³. Em recompensa, havia já sido agraciado, em data imprecisa mas seguramente anterior a Agosto de 1296, com a doação de um forno, situado junto das suas casas de morada¹⁰⁴. Aquele relacionamento, sobretudo após a morte das filhas de Martim Peres e de Maria Soares, deve ter-se estreitado ainda mais, na medida em que

¹⁰⁰ A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, 1ª Inc. Maço 4, doc. n.º 21. Trata-se de Martim Gil, alferes-mor entre 1286 e 1295, e de seu filho homónimo e igualmente alferes-mor entre 1295 e 1307/12 e Conde de Barcelos. Sobre o primeiro, veja-se: Leontina Ventura, op. cit., pp. 697-702. Sobre ambos veja-se: Nuno José Pizarro Pinto Dias, *Cortes Portuguesas (1211-1383)*, Braga, Universidade do Minho-Unidade de Ciências Sociais, 1987 (Policopiado), pp. 244-247.

¹⁰¹ A.N.T.T.- S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

¹⁰² A.N.T.T.- S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321.

¹⁰³ A.N.T.T.- S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321.

¹⁰⁴ A.N.T.T.- S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321.

Miguel Gomes Martins

aqueles não tinham mais filhos, podendo mesmo pôr-se a hipótese, se bem que a documentação não o confirme, de se tratar de uma adopção. Este acto, a ter existido, traria benefícios para ambos, adoptante e adoptado, tanto de carácter material, como o veio a ser para João Eanes, ou moral e social, como parece ter acontecido com Maria Soares¹⁰⁵, na medida em que João Eanes deve ter-se tornado o condutor dos negócios de D. Maria¹⁰⁶, a partir do momento em que esta se encontrou viúva e sem sucessores.

Tudo indica que morasse em Lisboa. Em primeiro lugar, pela necessidade de melhor gerir os seus negócios centralizados na capital¹⁰⁷ e, mais tarde, os de Maria Soares. Em segundo, pelo facto de sua mulher afirmar ser freguesa da Madalena¹⁰⁸.

O círculo de relações de João Eanes não se limitava aos Palhavã e aos outros mercadores que a si, de alguma forma, se encontravam ligados (João Mirao, Pedro e Gonçalo Eanes¹⁰⁹, João de Sampaio e Domingos Eanes¹¹⁰), mas estendia-se também a uma das mais importantes famílias nobres do reino, a família de Riba de Vizela¹¹¹, como já atrás ficou demonstrado. Além destes, as suas ligações atingiam muitos outros estratos da sociedade lisboeta.

Os nomes de Martim Esteves, ourives¹¹² e de Domingos Martins, sapateiro¹¹³, podem ser igualmente incluídos entre aqueles que se encontravam próximos de João Eanes, sendo que este talvez fosse fornecedor de matérias primas para o exercício dos mesteres daqueles. A merecer uma especial confiança por parte

¹⁰⁵ Sobre a adopção, cf. Leontina Ventura, op. cit., Vol. I, p. 248 e ss.).

¹⁰⁶ A expressão de D. Maria Soares: *do cabedal que elle* [João Eanes Palhavã] *de mim trage*, parece ser disso indicadora.

¹⁰⁷ João Eanes Palhavã era, relembre-se, mercador de Lisboa (A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, I^a Inc., Maço 4, doc. n^o 21).

¹⁰⁸ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n^o 317.

¹⁰⁹ Estes três últimos encontram-se a testemunhar o testamento de sua mulher, Sancha Peres, em 1323 (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n^o 317).

¹¹⁰ Estes dois encontram-se entre as testemunhas da tomada de posse de Martim Eanes Palhavã, como administrador da capela fundada por seus pais (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n^o 319).

¹¹¹ A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, I^a Inc. Maço 4, doc. n^o 21.

¹¹² A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n^o 317.

¹¹³ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 50, fl. 32.

do Palhavã, estaria Rodrigo Eanes que, em 1306, exerceu funções de seu procurador num pleito com o rei¹¹⁴.

Com particular destaque neste conjunto de nomes, encontra-se Afonso Migueis. Este indivíduo, sobrinho e testamenteiro de D. Maria Soares, era, em 1296, raçoeiro da Sé de Lisboa¹¹⁵ e é precisamente nesta condição que surge, em 1306, a testemunhar a re-fundação, por João Eanes e sua mulher, da capela instituída pela sua tia em S. Domingos de Lisboa¹¹⁶. Torna-se, todavia, difícil de confirmar a que título se encontrava presente, pois poderia aí estar, por um lado, por pertencer ao conjunto das relações de João Eanes ou, por outro, como familiar e testamenteiro da primeira instituidora e, por isso, garante de que nada iria contrariar as determinações de Maria Soares.

O contacto mantido com pessoas ligadas à casa de Martim Peres é ainda visível no facto de, entre os beneficiários do testamento de Sancha Peres, estarem presentes os nomes de Maria e de Mor Martins¹¹⁷, criadas de Maria Soares.

De entre as relações de João Eanes Palhavã destacam-se ainda os membros do clero. Trata-se, como seria de esperar, de clérigos ligados, por um lado, à Igreja da Madalena, da qual era freguês e, por outro, ao Mosteiro de S. Domingos de Lisboa. Dos primeiros, encontramos Pedro Eanes, capelão da Madalena¹¹⁸ e João Eanes, raçoeiro dessa igreja¹¹⁹, enquanto que dos segundos sobressaem os nomes de frei João de Santa Justa¹²⁰ e de frei Estêvão Mendes¹²¹.

João Eanes casou, aparentemente, apenas uma vez. Foi sua mulher Sancha Peres, esta sim casada anteriormente com um indivíduo cujo nome, pelo patronímico de sua filha, julgamos ser Soeiro. Desta união nasceu, pelo menos, uma filha, Elvira Soares¹²². Quanto a D. Soeiro, ignoramos quem possa ter

¹¹⁴ A.N.T.T.-Gaveta 11, Maço 7, doc. n.º 5.

¹¹⁵ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 320.

¹¹⁶ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315.

¹¹⁷ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 317.

¹¹⁸ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 317. Seria, eventualmente, capelão da capela instituída por Maria Soares na Igreja da Madalena.

¹¹⁹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315.

¹²⁰ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315 e 317.

¹²¹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315

¹²² Esta Elvira Soares, em 1293, tinha já filhos e filhas. (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322).

sido. Contudo, entre as propriedades doadas por João Eanes Palhavã e sua mulher ao Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, vamos encontrar umas casas situadas em Setúbal e umas vinhas na Charneca (junto a essa vila?), que tinham pertencido a um Vasco Gil e a um D. Soeiro. Este poderia, perfeitamente, ter sido o primeiro marido de D. Sancha, do qual teria herdado aquelas propriedades. A união entre o Palhavã e D. Sancha deu-se alguns anos antes de 1293, pois nessa data tinham já vários filhos¹²³.

Contrariamente ao que sucede com seu marido, de quem conhecemos apenas um sobrinho, Cristóvão Peres¹²⁴, e um criado, Abril Peres¹²⁵, conhecemos consideravelmente bem a família de Sancha Peres.

Relativamente a seus pais, sabemos apenas os primeiros nomes, Pedro¹²⁶ e D. Margarida. Esta, que se encontrava ainda viva em 1323¹²⁷, deveria ser a mesma D. Margarida, identificada como sendo pobre¹²⁸, que, em 1296 habitava numas casas que D. Maria Soares possuía na Pedreira¹²⁹. Sancha Peres tinha, pelo menos, dois irmãos, Afonso Peres e Clara Eanes¹³⁰. Desta, temos informação de uma filha, Inês Eanes, portanto sobrinha de D. Sancha. O testamento menciona duas tias: Sancha Peres, da qual conhece-mos as suas filhas Maria e Teresa Eanes - ambas donas de Cheias - e Maria Peres, cujas filhas conhecemos também: Esteva e Maria Eanes. Aquele documento faz também menção de uma sobrinha, Salvada Peres, de dois primos, frei Vasco da Ordem dos Menores e João Eanes, raçoeiro de Lisboa. Temos ainda informação de um primo co-irmão de nome João Eanes e um co-irmão¹³¹, frei António. Em termos de família mais alargada, o testamento de Sancha Peres informa-nos da existência de uma *parenta* de

¹²³ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

¹²⁴ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322

¹²⁵ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

¹²⁶ Deduzimos, pelo patronímico de Sancha Peres, que o seu pai se chamasse Pedro.

¹²⁷ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 317.

¹²⁸ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321.

¹²⁹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321.

¹³⁰ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 317. Parece estranho o facto de esta irmã de Sancha ter um patronímico diferente do seu. Todavia, a documentação não apresenta qualquer indício, senão este, que nos faça pensar na hipótese de dois pais diferentes.

¹³¹ Tratar-se-á de um primo direito *{congérmanus}*!

nome Maria Afonso; de uma comadre, D. Bea (?) e de um afilhado, filho de Domingos Martins de Estremoz¹³².

Além de uma filha, atrás mencionada, fruto de um casamento anterior, Sancha Peres teve diversos filhos de João Eanes Palhavã: Teresa e Sancha Eanes, que em 1323 eram donas do Mosteiro de Odivelas¹³³, Brites Palhavã, que casou com Lourenço Álvaro de Carvalhosa¹³⁴, Martim Eanes cónego de Lisboa¹³⁵, Pedro Eanes¹³⁶ e João Eanes¹³⁷. Sobre estes três últimos, debruçar-nos-emos mais à frente neste trabalho.

A documentação informa-nos do facto de esses filhos e filhas de João Eanes e de Sancha Peres terem sido criados por diversas amas e terem tido, pelo menos as filhas, um perceptor ou professor próprio¹³⁸. Esta situação só se verificaria nas famílias mais abastadas



2. Estátua jacente de D. Sancha Peres, mulher de João Eanes Palhavã I (Igreja de S. Domingos de Lisboa)

¹³² A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 317.

¹³³ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 317.

¹³⁴ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 1, p. 916.

¹³⁵ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 319.

¹³⁶ Não nos foi possível encontrar nenhum documento que referisse claramente esta filiação. Porém, o doc. n.º 10 do *Livro Ide Sentenças* (do A.H.C.M.L.) transcreve um depoimento no qual se diz que João Eanes Palhavã, filho homónimo do João Eanes sobre quem nos debruçamos e de Sancha Peres, exercia funções no concelho de Lisboa na mesma altura que o seu irmão. Ora o único indivíduo que encontramos referido como tendo a actividade concelhia e que reúne as condições necessárias (o patronímico Eanes e o apelido Palhavã) é Pedro Eanes Palhavã (Arquivo Municipal de Lisboa, *A Evolução Municipal de Lisboa: Pelouros e Vereações*, op. cit., pp. 38-40).

¹³⁷ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 319A. Este João Eanes tem sido, frequentemente, confundido com o seu pai.

¹³⁸ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322. Sobre os professores particulares veja-se: A.H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, op. cit., p. 419.

Miguel Gomes Martins

pelo que, mesmo antes de ter recebido a herança de Maria Soares, João Eanes seria um indivíduo dotado de uma riqueza assinalável, fruto da actividade mercantil a que se dedicava. O testamento de Sancha Peres faz menção de apenas dois criados: Gonçalo e Margarida Eanes¹³⁹. Seriam, muito naturalmente, também criados de seu marido.

Contrariamente ao que se verificou com Martim Peres Palhavã, detectamos em João Eanes um certo interesse pelo investimento fundiário. É disso exemplo a Lezíria da Toureira, em torno da qual se gerou uma acesa disputa.

A documentação não nos indica a data do seu início mas, em Setembro de 1305, informa-nos da existência de uma contenda¹⁴⁰ entre o rei, D. Dinis e João Eanes Palhavã, centrada na posse da Lezíria da Toureira, lezíria essa partilhada também pelas donas de Santos.

João Eanes e sua mulher faziam-se representar pelo seu procurador, Rodrigo Eanes, enquanto que, no lugar do monarca, se encontrava Gil Peres. Rui Soares, deão de Braga e de Évora, e Aparicio Domingues eram, na corte, os *ouvydores deste fey to*¹⁴¹.

No dia 18 de Setembro, a disputa tinha a sua sentença: João Eanes Palhavã e sua mulher, os principais proprietários da lezíria, deveriam-na entregar ao rei, na pessoa de Gonçalo Fernandes da Azambuja, criado de D. Dinis. Para tal, Marcos Peres, porteiro do monarca, deveria diligenciar no sentido de libertar essa lezíria das mãos de João Eanes e Sancha Peres e devolvê-la ao seu legítimo (?) estatuto de reguengo¹⁴².

Era precisamente neste ponto que residia a discórdia. O rei afirmava que a lezíria da Toureira era uma propriedade reguengueira, ao passo que o Palhavã garantia que se encontrava fora desses limites e dentro da *doaçom da Azambuja*

¹³⁹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317.

¹⁴⁰ A documentação relativa a esta contenda é muito variada. O documento mais antigo data de 18 de Setembro de 1305 (A.N.T.T.-Gaveta 11, Maço 7, doc. n.º 5), enquanto que o mais recente remonta a 24 de Agosto de 1306 (A.N.T.T.-Chancelaria de D. Dinis, Livro V, fl. 52-52v).

¹⁴¹ A.N.T.T.-Gaveta 11, Maço 7, Doc. n.º 5. Sobre Rui Soares veja-se: Nuno José Pizarro Pinto Dias, op. cit., p. 315. Sobre Aparicio Domingues, veja-se: Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Lisboa, I.N.I.C., 1990, p. 285.

¹⁴² A.N.T.T.-Chancelaria de D. Dinis, Livro V, fl. 35v.

que fora facta a Rolim e aos framengos por D. Sancho I¹⁴³. A disputa levou a que, algum tempo antes de Setembro de 1305, fosse levantada uma inquirição, cujo conteúdo desconhecemos e ouvidas diversas testemunhas apresentadas por cada uma das partes.

No entanto, o resultado da inquirição não foi, de forma nenhuma, favorável a João Eanes, pois a sentença final acabou por dar razão a D. Dinis. Derrotado, o Palhavã *disse que eles julgassem o que entendessem que era de derecto* e que *nom avia mayz derecto*¹⁴⁴. No entanto, voltou a apelar, mas sem qualquer resultado¹⁴⁵.

No dia 19 de Setembro, Marcos Peres, porteiro do rei, acatando as ordens deste, fazia a entrega formal da parte da Lezíria da Toureira que tinha pertencido a João Eanes Palhavã, a Gonçalo Fernandes, pondo na sua mão um punhado de terra¹⁴⁶.

O interesse de ambos os contendores nesta propriedade, cujas dimensões e localização precisa desconhecemos, residia, garantidamente, na fertilidade da mesma. As lezírias ribatejanas eram, pela proximidade do Tejo, extremamente férteis e, por isso, muitíssimo disputadas¹⁴⁷. A Lezíria da Toureira apresentava ainda outro atractivo: a existência, dentro dos seus limites, de um paço ou casa apalaçada¹⁴⁸, cuja data de construção desconhecemos, bem como qualquer outro

¹⁴³ Esta doação da Azambuja (Vila Nova), foi feita em 1200, por Sancho I (*Documentos de D. Sancho I -1174-1211-*, (Dir. de Rui de Azevedo), Vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979, pp. 193-194). No entanto, a documentação faz menção, erradamente, de Sancho II como tendo sido o doador (A.N.T.T.-Chancelaria de D. Dinis, Livro V, fl. 35v-36).

¹⁴⁴ A.N.T.T.-Chancelaria de D. Dinis, Livro V, fl. 37v.

¹⁴⁵ A.N.T.T.-Chancelaria de D. Dinis, Livro V, fl. 37v.

¹⁴⁶ A.N.T.T.-Chancelaria de D. Dinis, Livro V, fl. 38v-39v.

¹⁴⁷ Veja-se como exemplo dessas disputas, os casos da Lezíria da Alcoelha (Maria Angela V da Rocha Beirante, *Santarém Medieval*, op. cit., p. 172) e do Alqueidão, permanentemente alvo de conflitos entre os concelhos de Lisboa, Santarém, particulares e diversas instituições (A.H.C.M.L.-Casa de Santo António, *Livro I do Alqueidão*. doc. n.º 1 a 11). Veja-se também Miguel Gomes Martins, "O Alqueidão de Lisboa: contributos para o seu estudo", in *Cadernos do Arquivo Municipal, Lisboa*, C.M.L., 1998, p. 10-42. Sobre a política de D. Dinis relativamente às lezírias ribatejanas, cf. Maria Rosa Ferreira Marreiros, *Propriedade Fundiária e Rendas da Coroa no Reinado de D. Dinis: Guimarães*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990 (Dissertação de Doutoramento policopiada), Vol. I, pp. 72-76.

¹⁴⁸ A.N.T.T.-Chancelaria de D. Dinis, Livro V, fl. 38v.

elemento sobre as suas características físicas.

Este conflito com D. Dinis não é o único em que se encontrou envolvido. A documentação dá-nos conta de uma outra contenda, datada de 1307, entre João Eanes e um mercador de nome João Vicente¹⁴⁹.

A perda da Lezíria da Toureira não foi, de modo algum, o fim do património imobiliário de João Eanes Palhavã na zona do Ribatejo, pois sabemos que era possuidor, em Vaiada, de um herdamento com cerca de dez estis. Esta propriedade, localizada em Lousela, termo de Santarém, foi uma das que doou a S. Domingos de Lisboa para manutenção de uma capela¹⁵⁰. Aliás, são precisamente as propriedades anexadas a essa capela, exceptuando a Lezíria da Toureira, as únicas de que temos registo como pertencendo a João Eanes e/ou sua mulher.

Ainda no rescaldo da disputa com D. Dinis sobre a posse daquela propriedade, João Eanes e Sancha Peres elaboraram, no dia 23 de Agosto de 1306, um documento através do qual fundavam, no Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, uma capela na qual deveriam *aver sepultura pera nossos corpos*¹⁵¹.

Não se tratava, porém, de uma capela qualquer. João Eanes e sua mulher, devidamente autorizados pelo convento e prior de S. Domingos, frei Martim de Castro, instituíam o seu panteão familiar na capela construída e fundada, antes de 1293, por D. Maria Soares¹⁵². A capela, cujo orago era são João Baptista¹⁵³, situava-se entre a igreja e a sacristia do mosteiro e, em 1306, comportava já o sarcófago onde se encontravam os restos mortais de Maria Soares, de Martim

¹⁴⁹ *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livros dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas*, op. cit., p. 245. Se bem que o documento relativo a esta contenda seja referido por Gaspar Alvares de Lousada como estando no Cartório de S. Domingos, não nos foi possível encontrá-lo, pelo que presumimos que tenha desaparecido.

¹⁵⁰ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315. Em 1344, os termos desse herdamento eram: *no levante com o Tejo e do poente com asenha da Fonte Santa e no aguiam com herdade que foi de Donna Maior mulher que foi de Fernand'Andes (?)* (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 50, fl. 30v).

¹⁵¹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315.

¹⁵² A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322.

¹⁵³ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 317. Não sabemos se o seria já antes da fundação.

Peres Palhavã e da filha de ambos¹⁵⁴. A inexistência de descendentes vivos garantia que ninguém reclamaria a posse dessa capela. Assim, João Eanes Palhavã, na morte tal como durante a sua vida, passaria a beneficiar da protecção de Martim Peres e de Maria Soares. O moimento onde estes se encontravam, ocuparia o lado esquerdo da capela, ao passo que, os novos instituidores passariam a ocupar, em *mymento alçado*, o lado direito¹⁵⁵.

Para a sua manutenção deixavam diversos bens fundiários situados, maioritariamente, na zona em redor de Setúbal, Palmeia e Azeitão¹⁵⁶: O herdamento da Azambujeira, a vinha que foi de Julião Olhete, o herdamento do Trono (?), um moinho de vento, a vinha da Charneca e a casa de Setúbal que foram de D. Soeiro e de Vasco Gil, outras casas mandadas fazer por João Eanes em Setúbal, além da acima mencionada propriedade de Vaiada¹⁵⁷.



3. Sarcófago de Sancha Peres, mulher de João Eanes Palhavã I (Igreja de S. Domingos de Lisboa)

¹⁵⁴ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 1, p. 912.

¹⁵⁵ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315.

¹⁵⁶ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 50, fl. 31 v. A família Palhavã possuía mais bens em Azeitão. Sancha Peres, neta deste João Eanes e filha de Pedro Eanes, em altura que não nos é possível precisar mas que é garantidamente anterior a 1381, vendeu o *logar d'Azeitam*, conjuntamente com um olival e casas em Lisboa, a Pero Afonso Mealha (Maria de Lurdes Rosa, *Pero Afonso Mealha: Os Bens e a Gestão da Riqueza de um Proprietário Leigo do Século XIV*, Redondo, Patrimonia, 1995, p. 54). Esta venda não incluía qualquer das propriedades situadas em Azeitão pertencentes à capela.

¹⁵⁷ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315. Se bem que não esteja incluído no documento de instituição, vamos encontrar, entre os diversos bens da capela mencionados em 1343, a referência a uma casa sobradada localizada em *Santarém em logo que chamão Jescigo [Seserigo] ante Santa Herea a da Ribeira que parte ao oriente com rua publica e ao oucidente com muro e casas d'El Rey que se tem com as fangas e ao aguiom com Aifonso Gargantom e do abrigo com casas de Domingos Jaens mercador dito Alvardam* (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 50, fl. 31v)

Miguel Gomes Martins

Estes prédios seriam geridos pelos instituidores, enquanto vivos e, após a sua morte, pelo filho mais velho, que receberia esses bens *de mão do Priol e do Convento do Moesteyros [sic] dos Pregadores de Lixbõa e tenham os dictos herdamentos de sa mão e de seu mandado e depos morte daquel que tiver os dictos herdamentos fiquem ao mays chegado da linha e asi sucesive pera senpre*¹⁵⁸. Além dos rendimentos que fossem provenientes dessas propriedades, o mosteiro receberia, anualmente, 100 libras, 60 pães de trigo de quatro dinheiros cada, um almude de bom vinho e quatro dobrados de candeias, os quais deveriam ser de 21 onças de cêra^{158 158 159}.

Nessa capela deveriam ser rezados diversos sufrágios, não só pela alma dos instituidores, após a morte destes, mas também pelas de Martim Peres, de Maria Soares e da filha destes^{160 161 162}, acrescidos de todas aquelas missas que se encontravam estipuladas pela primeira fundação, anterior a 1293. Quanto aos clérigos dessa capela, conhecemos apenas o nome de António Vicente, identificado no testamento de Sancha Peres como seu capelão^{161 162}.

No dia 26 de Abril de 1310, quatro anos após a instituição da capela onde pretendia que repousassem os seus restos mortais, João Eanes Palhavã morria¹⁶², vindo a ser sepultado num sarcófago de pedra com a seguinte inscrição: “Aqui jaz Don Joane Anes Palha Vaa. Cidadão de Lisboa, que Passou Feria Segunda Quatro Dias por Andar de Abril, Era de Mil. CCC. XL VIU”¹⁶³.

Sobreviveu-lhe, durante mais de 30 anos, sua mulher, que só veio a falecer em 1343¹⁶⁴. Não subsistem quaisquer descrições das cerimónias fúnebres de D. Sancha. Porém, devem ter contado com um elevado número de clérigos: raçoeiros e capelães da igreja da Madalena, cónegos, raçoeiros, capelães e

¹⁵⁸ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315.

¹⁵⁹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315.

¹⁶⁰ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315.

¹⁶¹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 317.

¹⁶² Uma lápide, já desaparecida, mas transcrita por diversos eruditos, registava essa data (Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 2, pp. 1110-1111).

¹⁶³ Idem, *ibidem*, Vol. II, Tomo 2, p. 1110. Sabemos, através do testamento de Sancha Peres que o seu marido havia sido sepultado num moimento (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 317).

¹⁶⁴ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 2, p. 1334.

bacharéis da Sé de Lisboa, representantes de todas as igrejas da cidade¹⁶⁵ e, como é natural, frades dominicanos.

Foi sepultada num moimento coberto com estátua jacente na qual se encontra retratada de mãos postas em prece^{166 167}. No entanto, não era esta a vontade expressa de D. Sancha que determinara, em 1323, aquando da redacção do seu testamento:

*... "mando soterrar o meu corpo no moesteiro dos frades preegadores de San Domingos de Lixbõa en a capela de San Johane Bautista quando voontade for de Deus que seja e soterrem-me na terra ata que voontade seja de Deus que o corpo seja comesto da terra e des que o corpo for comesto da terra tornem-mi a ossa ao moymento pedrinho alto que hi esta em que jaz o corpo de Don Joham Eanes meu marido"...*¹⁶¹

Esta senhora tinha, precisamente, prevista uma cerimónia religiosa para o dia em que se verificasse a trasladação dos seus restos mortais. Para essa cerimónia, deixava, no seu testamento, a quantia de 300 libras¹⁶⁸. Porém, as coisas não se vieram a passar da forma que tinha previsto e determinado.

Teria D. Sancha, entre 1323 e 1343 mudado de ideias quanto à sua sepultura ou, por outro lado, terão os seus filhos querido dar à sua mãe uma sepultura individualizada e, por isso, mais condigna com a homenagem que lhe queriam prestar? A documentação não nos fornece as respostas desejadas, pelo que as dúvidas persistem.

¹⁶⁵ D. Sancha deixava, a todos eles, diversas quantias em dinheiro para lhe fazerem uma última homenagem no dia da sua sepultura. Os clérigos representantes das igrejas da cidade deveriam ir com as suas cruces que seriam enterradas juntamente com Sancha Peres (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 317).

¹⁶⁶ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 2, p. 1334. Este monumento funerário ainda hoje se encontra nos claustros da Igreja de S. Domingos de Lisboa.

¹⁶⁷ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 317.

¹⁶⁸ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 317.

O Poder Administrativo:

Martim Eanes Palhavã

Mortos João Eanes e Sancha Peres, respectivamente em 26 de abril de 1310 e 11 de Novembro de 1343^{169 170 171 172}, a administração da capela por eles instituída passou, como haviam disposto, a ser da incumbência do filho mais velho de ambos^{170 171 172}, no caso, Martim Eanes, cónego da Sé de Lisboa^{171 172}.

Três dias após a morte de Sancha Peres, na presença do tabelião Domingos Martins, o claustro do Mosteiro de S. Domingos de Lisboa era palco de uma importante reunião. O objectivo era, em primeiro lugar, interrogar Martim Eanes acerca da sua disponibilidade para aceitar a administração da capela e, face à sua anuência, colocarem-no ao corrente das obrigações inerentes a essa investidura. Tendo-a aceite, certamente que com a autorização do seu bispo e do cabido a que pertencia, Martim Eanes pediu aos religiosos dominicanos presentes que lhe passassem um documento para que pudesse, mediante a autoridade que esse diploma lhe conferia, tomar posse das propriedades que seus pais haviam legado a essa capela. Como penhor de uma boa e justa administração, o novo administrador *obligou todolos beens dos dictos passados que som dados e leyxados pera esto pera el cumprir e fazer quanto em sy era totalas coussas que el deve fazer e cumprir segundo nas ordinhações he contheudo*¹⁷².

Cerca de um mês depois, era passada a frei Vicente Afonso, pelo prior de S. Domingos, uma procuração para que, no lugar deste, desse posse a Martim Eanes Palhavã de todos os bens pertencentes à capela de que era o novo administrador¹⁷³.

¹⁶⁹ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 2, respectivamente pp. 1110 e 1334.

¹⁷⁰ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 315.

¹⁷¹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 319.

¹⁷² A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 319.

¹⁷³ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 50, fl. 31-32v.

No dia seguinte, o próprio Martim Eanes passava uma procuração a Estêvão Martins, seu clérigo, para que, por si, recebesse a posse daquelas propriedades¹⁷⁴.

A 7 de Janeiro de 1344, em Vaiada, no lugar de Lousela, Estêvão Martins, munido da referida procuração, recebia de frei Vicente Afonso, procurador de S. Domingos de Lisboa, os estis de herdade que a Capela de S. João Baptista aí possuía:

... ”nos quais des estins o meteo em posse por terra e por hervas e por palha de huma caza palhaça que na ditta herdade estava e deitou fora da dita herdade e da posse delia Martim Affonço lavrador que a ditta herdade lavrava na qual posse o meteo em nome do dito Prior e convento do dito Martim Eanes Palhavã”¹⁷⁵...

Dois dias depois, a operação de posse voltava a repetir-se nos mesmos moldes. Desta feita, Estêvão Martins recebia umas casas sobradadas que a capela possuía na vila de Santarém, em Seserigo, na freguesia de Santa Iria da Ribeira:

... ”na posse meteo o sobredicto Martim Eanes por o dicto seu procurador por portas e por telha e por chave e deitou fora da posse delias a Affonso Esteves que nas ditas casas morava ”¹⁷⁶...

Muito naturalmente, estes procedimentos ter-se-ão repetido nas restantes propriedades da capela, a saber, em Setúbal, em Palmeia e em Azeitão. Ignoramos, todavia, se terão contado já com a presença de Martim Eanes ou se este, mais uma vez, se fez representar pelo seu clérigo Estêvão Martins. Porém, acreditamos que não tenha nunca estado presente na posse de qualquer das propriedades, pois a procuração de que Estêvão Martins se encontrava munido, conferia-lhe poder para receber a totalidade dos bens pertencente à capela.

Relativamente à administração de Martim Eanes, nada se sabe, o mesmo acontecendo com a maior parte da sua biografia. A data mais antiga em que surge mencionado remonta a Novembro de 1333¹⁷⁷. Sabemos que fez o seu testamento em Setembro desse mesmo ano. Através dele beneficiava o cabido

¹⁷⁴ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 50, fl. 32v-33v. Nesta procuração não se incluem as propriedades de Vaiada.

¹⁷⁵ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 50, fl. 30-31.

¹⁷⁶ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 50, fl. 34.

¹⁷⁷ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 1, p. 916.

da Sé de Lisboa com uma quantia de 40 libras provenientes de casas e da Quinta do Regó destinada a aniversários e à manutenção de uma capela nessa mesma igreja^{178 179 180 181 182}.

Não temos informação sobre quem lhe terá sucedido na administração da capela de S. João Baptista. Porém, a documentação sugere que possa ter sido o seu irmão João Eanes Palhavã II. Este encontrar-se-ia já morto em 1361^{179 180}, o que vem ao encontro do facto de o encontrarmos registado pela última vez em 1359¹⁸⁰.

A partir de 1364, o administrador da capela foi Vicente Afonso, morador em Lisboa, bisneto de João Eanes Palhavã I e de Sancha Peres^{181 182} e identificado, em 1377, como *jurisperto*^m. Era filho de Afonso Eanes, a quem deve ter sucedido como administrador, e neto paterno de João Eanes Palhavã II¹⁸³. Manteve-se no cargo, pelo menos, até 1376, altura em que aforou a um João Domingues as casas sobradadas que a capela possuía em Santarém¹⁸⁴.

Para os restantes anos do século XIV, não conhecemos o nome do responsável pela capela. No entanto, o cargo pode ter sido entregue a Afonso Martins, escrivão de D. Fernando¹⁸⁵ e procurador do número do concelho de Lisboa, marido de Constança Eanes Palhavã¹⁸⁶, que, em 1405, exercia a administração da capela¹⁸⁷. Esta Constança Eanes seria, supomos, filha de um João Eanes Palhavã III, cuja existência se encontra atestada em 1361-1364¹⁸⁸.

¹⁷⁸ *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Cabido da Sé, Sumários de Lousada, Apontamentos dos Brandões, Livro dos Bens Próprios dos Reis e das Rainhas*, op. cit., p. 52.

¹⁷⁹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 319A.

¹⁸⁰ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 1, p. 916.

¹⁸¹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 319A.

¹⁸² Maria Teresa Nobre Veloso (Transcrição de), *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, p. 114.

¹⁸³ A sua filiação encontra-se atestada na documentação (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, Doc. n.º 319A). Porém, quanto ao seu avô, a reconstituição do seu nome foi feita através de dedução pelo patronímico de seu pai.

¹⁸⁴ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 50, fl. 37-37v.

¹⁸⁵ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 1, p. 916.

¹⁸⁶ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 50, fl. 34v.

¹⁸⁷ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 314.

¹⁸⁸ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 319A.

Pedro Eanes Palhavã

Se bem que o seu poder económico e prestígio social lho permitisse, nunca até 1336 os Palhavã tinham atingido os postos de gestão do concelho de Lisboa. Oportunidades não devem ter faltado. No entanto, não parece ter havido, da parte de nenhum deles, qualquer interesse em pertencer à administração da cidade.

É justamente nesse ano de 1336 que encontramos, pela primeira vez, um membro desta família ligado à administração concelhia, no caso, Pedro Eanes Palhavã.

No dia 25 de Janeiro¹⁸⁹, no paço do concelho¹⁹⁰, reuniam-se Gil Vasques, alcaide no lugar de Soeiro Mendes, os alvazis do crime Pedro Eanes Palhavã e João Eanes, cavaleiro, Afonso Martins, alvazil dos ovençais e dos órfãos¹⁹¹ e Martim de Rates, tesoureiro do concelho. Encontravam-se ainda presentes o almirante Manuel Pessanha, os cavaleiros Gomes Martins e Lourenço Afonso Valente, os almoxarifes régios Pedro Esteves e Martim Domingues e *outros muy tos cavaleyros e çidadaãos e muy tos meesteyraes da dita çidade*¹⁹². Entre os presentes encontramos ainda os nomes de Pedro Esteves e Martim Domingues, almoxarifes do rei, João Eanes, cavaleiro, Estêvão Domingues e Filipe Martins Fernandes escrivão da madeira¹⁹³. Reunido o concelho por pregão, como era habitual, apresentaram-se Nicolau Domingues, contador do rei e Afonso Eanes Carregueiro, dizimeiro do rei na alfândega de Lisboa. Consigo traziam uma carta de Afonso IV, na qual autorizava o concelho, certamente que a pedido deste, a lançar talha e sisa sobre o vinho, para que o rei pudesse receber as dívidas que a cidade tinha para com ele.

¹⁸⁹ Na data da transcrição e publicação respeitante a este documento lê-se, erradamente, Junho em vez de Janeiro (*Documentos Para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos, Livro II de D'El Rei Dom Fernando*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1949, p. 13).

¹⁹⁰ Trata-se da primeira referência à existência de um Paço do Concelho.

¹⁹¹ Pela primeira e única vez encontramos estas duas competências agrupadas num só cargo.

¹⁹² *Documentos Para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos, Livro II de D'El Rei Dom Fernando*, op. cit., p. 13.

¹⁹³ *Idem*, ibidem, pp. 14-15.

Miguel Gomes Martins

Durante dez dias receberam-se propostas para o arrendamento desses mesmos impostos, acabando a sua cobrança por ser entregue a Pedro Eanes de Alfama, mercador de Lisboa, que fez a oferta mais alta, no valor de 50.000 libras¹⁹⁴. Porém, nada nos indica que Pedro Eanes Palhavã estivesse presente em todo o processo que se desenrolou a partir da reunião de 25 de Janeiro, pois o seu nome não volta a ser mencionado.

No entanto este arrendamento não correu da melhor maneira, pois, em 1339, na câmara do Paço do Concelho e mediante uma sentença régia, o concelho obrigou-se a pagar ao acima mencionado Pedro Eanes de Alfama, mil libras pelas *alças e polas custas e danos e perdas que receber e fez na dita demanda*¹⁹⁵. Desta feita, voltamos a encontrar Pedro Eanes Palhavã, não como alvazil, mas sim na qualidade de um dos cinco homens bons jurados do concelho. Os outros quatro eram Afonso Pais, João de Chaperuz, João Bretão e Pedro Esteves. Esta nova função revela a particular confiança de que era depositário por parte do corregedor¹⁹⁶, já que era ele quem os nomeava, tal como se encontrava estipulado no Regimento dos Corregedores de 1340. Nesta importante reunião encontravam-se também presentes o alcaide Martim Fafes, João Eanes de Marvão e João Esteves Pão e Água, juízes, João Vicente, procurador do concelho, Estêvão Fernandes, tabelião e, naturalmente, Pedro Eanes de Alfama. Entre as testemunhas do acto surgem Lourenço Martins e Afonso Esteves, alvazis dos ovençais, Miguel Reinei, Estêvão Domingues, escrivão da sisa, Pedro Afonso, primo de Pedro Eanes de Alfama, Afonso de Santarém, escrivão do concelho, e Estêvão Rodrigues, escrivão do tabelião Estêvão Fernandes¹⁹⁷.

Ainda no ano de 1339, no dia 30 de Outubro, voltamos a ver o nome de Pedro Eanes Palhavã entre os de Estêvão Fernandes e Reimão Peres, tabeliães,

¹⁹⁴ *Idem*, ibidem, p. 15.

¹⁹⁵ *Idem*, ibidem, pp. 17-18.

¹⁹⁶ Se bem que não possuamos qualquer dado a esse respeito, supomos que, em 1339, o corregedor na Estremadura fosse Rui Peres, na medida em que no ano seguinte era ele quem ocupava esse posto (Arquivo Municipal de Lisboa. *A Evolução Municipal de Lisboa-Pelouros e Vereações*, op. cit., p. 39.

¹⁹⁷ *Documentos Para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos, Livro II de D'El Rei Dom Fernando*, op. cit., pp. 17-18.

Rui Gonçalves Franco e João da Rosa, mercador, a testemunhar a elaboração do traslado em pública forma de um registo notarial relativo à posse de umas casas situadas no Rossio. O facto de não ser referido com nenhum cargo concelhio faz-nos pôr a hipótese de ter deixado de ser um dos vereadores escolhidos pelo corregedor e ter passado a ser, apenas, um dos homens bons do concelho.

Após um hiato de cerca de três anos em que não surge nunca mencionado na documentação concelhia, voltamos a encontrar o nome de Pedro Eanes Palhavã. O seu regresso dá-se em meados de 1342. Vê-se então envolvido na resolução de uma disputa entre o concelho e o prior e convento de S. Vicente de Fora sobre a jurisdição das localidades do Tojal, de Santo António e Estrada, disputa essa que envolveu mesmo conflitos armados¹⁹⁸. Nesta altura, Pedro Eanes surge ao lado de Afonso Pais, Pedro Esteves, Vasco Eanes, Pedro Eanes Canelas, João Esteves, João Martins Bretão e João Peres de Chaperuz, identificados como *rectores seu gubernatores concilii*¹⁹⁹, o que nos leva a pensar que talvez tenha voltado a ser escolhido, tal como Afonso Pais, João de Chaperuz, João Bretão e Pedro Esteves, para as funções de vereador. Assinale-se que eram precisamente estes que detinham esse cargo em 1339²⁰⁰, o que parece apontar para uma situação de rotatividade nos lugares de vereador.

Pouco tempo depois, no dia 23 de Agosto desse ano de 1342, nos paços do concelho, encontravam-se reunidos:

... "Ruj Fafez alcaide e Martjm Fafez seu irmãao e Afomssso Roiz alvazill geerall e Ruj Piriz alvazill do crime e Joham Estevez Pam e Agoa e Pero Annes Palhavaã e Pero Candias e Vasco Annes almoxarife e Afonso Paaeze Afonso Martinz procurador do conçelho e mestre Joane das Lex e Lourenço Martins Botelho e Martim Pipas almoxarife e Afonso Annes Carregueiro e Afonso Annes de Sam Nuno e Martim Vaaz estpriuam d'alfandega e Pero Afomssso d'Alfama e Afomssso Soares estpriuam do conçelho e Domingos Paaez ouvidor d'el Rei e Vasco Estevez Felipe e Joham Roll e Pero Annes fdho de Joham de Benauente

¹⁹⁸ A.H.C.M.L.-Núcleo por organizar, *Livro I de Sentenças*, doc. n.º 30, fl. 11.

¹⁹⁹ A.H.C.M.L.-Núcleo por organizar, *Livro I de Sentenças*, doc. n.º 5.

²⁰⁰ *Documentos Para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos, Livro II de D'El Rei Dom Fernando*, op. cit., pp. 17-18.

Miguel Gomes Martins

e Joham GUI filho de Joham GUI do Picoto e Vicente Annes da Portajem e Domingos Afomssso mercador e Joham Sinall mercador e Graviell Eannes procurador e Gravill [sic] Eannes seu filho e outrossy procurador”²⁰¹ ²⁰²...

Como se verifica, apesar de ser dos primeiros a ser mencionado nesta longa lista, Pedro Eanes Palhavã não é referido como detendo qualquer cargo na administração concelhia. Porém, continuava a ser uma figura destacada da cidade e do concelho de Lisboa, como se vê pela sua presença nessa assembleia, o que lhe dava o lugar, quase que honorífico, de ser um dos primeiros da lista.

Esta reunião tinha como objectivo a resolução de um problema que se tomava cada vez mais grave, os conflitos trazidos pela existência de demasiados corretores, tanto portugueses como estrangeiros, de entre os quais se destacavam os galegos. As contendias provinham do facto de, por serem em número excessivo, *nom podyam todos passar nem aveer vivenda e que per esta rezom algiius faziam malafiços*²⁰². A solução passava pela redução e fixação do número de corretores, limitado a cem indivíduos *dos melhores que hi achassem e naturaes da terra*. Cada um destes, deveria dar ao concelho uma caução no valor de 500 libras e apresentar um fiador. Na mesma reunião ficou também redigida uma postura reguladora da actividade dos corretores, que lhes deveria ser comunicada, após o que jurariam sobre os Evangelhos o seu cumprimento^{201 * 203}.

Estes escassos cinco registos da actividade municipal de Pedro Eanes Palhavã dão-nos apenas uma pálida imagem do que terá sido a sua intervenção ora como alvazil, ora como vereador. O mesmo se passa relativamente à sua vida pessoal. Sabemos que já se encontrava morto em 1380, altura em que a sua filha Sancha Peres elabora testamento. Num Livro de Missas do Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, relativamente a Sancha Peres, encontra-se o seguinte:

²⁰¹ Maria Teresa Campos Rodrigues (Transcrição de), *Livro das Posturas Antigas*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 46.

²⁰² Idem, *Ibidem*, pp. 46-47. Por impossibilidades técnicas de sobrepormos o sinal ~ à letra U, optámos pela solução de efectuar a sua substituição por ii.

²⁰³ Idem, *Ibidem*, pp. 46-49.

“*Sancha Peres*

Molher que foi de Lopo Affonso das Regras tio do Doctor João das Regras fez seu testamento no Anno de 1418 [leia-se Era de 1418, ano de 1380] em que deixa a este convento a metade das suas casas que ella tem na Rúa das Esteiras com obrigação que lhe digamos cada Anno quatro anniversarios com suas missas mas que seu marido as possua em sua vida e de ao convento corenta livras cada Anno para smolla das dietas obrigações”...²⁰⁴

Desta senhora pouco se sabe, excepto que tinha umas casas na Rua das Esteiras²⁰⁵ e que era casada com Lopo Afonso das Regras²⁰⁶. Este fez também parte da administração municipal de Lisboa, onde em 1355, era já identificado como homem bom do concelho²⁰⁷. Veio também a ocupar o cargo de vereador em 1364. Esta familia encontrava-se também ligada à administração concelhia através de João Afonso das Regras, natural de Lisboa²⁰⁸ e pai de Lopo Afonso, documentado em 1356 como Procurador do Concelho e em 1361 como alvazil do cível²⁰⁹. Foi justamente esta Sancha Peres que, antes de 1381, vendeu diversos bens situados em Azeitão a Pero Afonso Mealha, vedor da fazenda de D. Fernando²¹⁰.

Além de Sancha Peres, Pedro Eanes Palhavã teve uma outra filha, Constança Peres, de quem nada se sabe excepto que ainda se encontrava viva em 1380²¹¹.

²⁰⁴ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 64. fl. 27.

²⁰⁵ Esta rua situava-se numa zona abrangida pelas freguesias de S. Nicolau e S. Julião (Cristóvão Rodrigues de Oliveira, op. cit., p. 118).

²⁰⁶ Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 1, p. 916.

²⁰⁷ Arquivo Municipal de Lisboa, *A Evolução Municipal de Lisboa: Pelouros e Vereações*, op. cit., p.44 e 40, respectivamente.

²⁰⁸ A.H.C.M.L.-Núcleo por organizar, *Livro I de Sentenças*, fl. 23.

²⁰⁹ Arquivo Municipal de Lisboa, *A Evolução Municipal de Lisboa: Pelouros e Vereações*, op. cit., p.41 e 43, respectivamente.

²¹⁰ Maria de Lurdes Rosa, op. cit., p. 54.

²¹¹ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 48, fl. 205-205v.

João Eanes Palhavã II

A presença de Pedro Eanes Palhavã no concelho de Lisboa, se bem que perfeitamente destacada pelos cargos que ocupou (alvazil e vereador), acaba por ficar absolutamente inferiorizada quando nos debruçamos sobre a biografia de seu irmão, João Eanes Palhavã II. Curioso é o facto de estes dois irmãos não terem nunca assumido simultaneamente cargos concelhios, muito pelo contrário. A última referência a Pedro Eanes (1342) e a primeira a João Eanes (1343) fazem-nos pensar numa quase substituição de um pelo outro.

Sem qualquer referência prévia como homem bom do concelho, tal como aconteceu com Pedro Eanes, o que seria como que um “tirocínio” para os anos que se viriam a seguir, encontramos o seu nome, mencionado pela primeira vez em 1343, já como alvazil, num documento do cartório de S. Vicente de Fora²¹².

Após um hiato de dois anos, voltamos a vê-lo no dia 5 de Outubro de 1345. Nesse dia, o advogado João Vicente, procurador do concelho, solicitava ao alvazil geral João Eanes Palhavã, autorização para trasladar em pública forma, duas cartas régias de Afonso IV que, por serem escritas em papel, corriam o risco de se perder²¹³. Refira-se que o pedido era feito directamente a João Eanes e não ao concelho.

O ano de 1350 trouxe de regresso João Eanes Palhavã, a exercer, em parceria com João Rol, a função de procurador concelhio junto de Afonso IV, para apresentar ao monarca um conjunto de agravos que os lisboetas diziam receber dos mordomos e almoxarifes do rei. As queixas iam contra os desmandos desses oficiais e mencionavam também o facto de não serem respeitados os pesos e as medidas do concelho²¹⁴.

²¹² *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Cabido da Sé, Sumários de Lousada, Apontamentos dos Brandões, Livro dos Bens Próprios dos Reis e das Rainhas*, op. cit., p. 253.

²¹³ A.H.C.M.L.-Chancelaria Régia, *Livro dos Pregos*, fl. 54v.

²¹⁴ O documento de resposta a esses agravos data de 22 de Julho de 1350, pelo que a apresentação dos mesmos ao rei é anterior, embora de data desconhecida (*Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro Ide Místicos de Reis. Livro lidos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, p. 199).

Dois anos depois, no dia 9 de Novembro, encontramo-lo novamente como alvazil geral a testemunhar um escambo feito entre o rei e o concelho, através do qual este dava ao monarca um campo em Lisboa localizado junto às tercenas, para ampliação destas estruturas e, em contrapartida, recebia a isenção perpétua do pagamento da jugada de 30 moios de pão provenientes do Alqueidão. A acompanhar João Eanes Palhavã estavam Gonçalo Esteves Fariseu e Afonso Martins Alvernaz, alvazis do crime, João de Arrochela, Lourenço Gerales e Afonso Peres, vereadores, Fernando Martins, procurador geral do concelho, Fernando Rodrigues, juiz pelo rei na alfândega, João Afonso das Regras e João Simeão, vedor das casas do rei²¹⁵. Registe-se o facto de o nome de João Eanes surgir antes de todos os restantes.

Após um novo intervalo, durante o qual não existe qualquer notícia a seu respeito, João Eanes Palhavã volta a surgir mencionado na documentação concelhia, desta feita, registado como um dos presentes na assembleia de 7 de Junho de 1355. Esta reunião, que teria contado com o concurso de muitos lisboetas, pois se assim não fosse não teria sido realizada no adro da Sé²¹⁶, destinava-se a votar o lançamento de uma sisa anual sobre o vinho, de modo a contribuir para as despesas feitas pelo concelho com a reparação dos muros da cidade e o abastecimento de pão. A proposta, apresentada pelo procurador do concelho, Nuno Rodrigues, foi votada e aprovada²¹⁷, para natural desgosto dos lisboetas que viam a sua carga fiscal agravada, directa ou indirectamente. No mesmo dia, antes da tomada das decisões mais importantes, foi passada uma procuração, outorgada entre outros por João Eanes, ao acima referido Nuno Rodrigues para que pudesse tratar de uma questão que opunha o concelho de Lisboa aos de Sacavém e Frielas e que se prendia com o abastecimento de géneros à capital²¹⁸.

²¹⁵A.H.C.M.L.-Casa de Santo António, *Livro I do Alqueidão*, doc. n.º 14.

²¹⁶ *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos. Livro II del Rei D. Fernando*, op. cit., p. 23.

²⁷ *Idem, ibidem*, pp. 23-25.

²¹⁸ A.H.C.M.L.-Núcleo por organizar, *Livro I de Sentenças*, doc. n.º 7.

Miguel Gomes Martins

O ano de 1355 volta a trazer-nos o registo documental da presença de João Eanes numa reunião, realizada em 28 de Setembro na câmara do paço do concelho, na qual se procuravam tomar medidas quanto ao facto de o concelho de Alverca cobrar indevidamente a sisa aos que, nessa vila, carregavam vinho destinado a Lisboa. O registo que nos chegou dessa reunião coloca, mais uma vez, o nome de João Eanes antes dos demais membros do concelho:

*...seendo em o dicto logo JohanemAnes Palhavã, alvazil jeeral, Lourenço Martinz, vereador, Nuno Rodriguez, procurador, Joham Rool, Joham Lourenço, contadores d'el rey, Joham Affonso, Lopo Affonso das Regras, Fernando Air as e outros homens boons do concelho desta cidade*²¹⁹...

Após este registo, deixamos de ter notícias de João Eanes, durante quase um ano, até que o voltamos a encontrar no início de 1356, no dia 11 de Janeiro, quando, em seu nome e no dos restantes membros do concelho, foram escolhidos como procuradores João Afonso das Regras e Vasco Esteves Filipe. A estes era dado poder para que pudessem *conprir e aguardar todo aquello que for trauctado, posto e afirmado e outorgado pelos dictos senhores* [Afonso IV e o Infante D. Pedro] *por serviço de Deus*²²⁰, ou seja, para assinarem os termos das pazes firmadas entre o rei e o seu sucessor, pazes essas que vinham pôr fim a um período de guerra civil. O texto da procuração contém, como já se vem tornando hábito, o nome de João Eanes Palhavã, identificado como juiz (alvazil), antes de todos os outros outorgantes²²¹.

Cerca de um mês depois da elaboração dessa procuração, no dia 19 de Fevereiro de 1356, *no paço hu João Eanes Palhavã alvazil faz a audiencia*²²²,

²¹⁹ *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos. Livro II del Rei D. Fernando*, op. cit., p. 19.

²²⁰ *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, op. cit., pp. 229-231.

²²¹ *Idem*, ibidem, pp. 229-230.

²²² A.H.C.M.L.-Núcleo por organizar, *Livro I de Sentenças*, doc. n° 8. Desconhecemos onde seria este local, mas tudo indica não se tratar do Paço do Concelho, edifício que todos em Lisboa conheciam e que surge mencionado desde meados da década de 30 do século XIV. Seria um paço onde, durante num determinado período João Eanes fazia as audiências? Não o sabemos.

estando este em concelho, voltava a ser discutido um problema bem conhecido de João Eanes enquanto alvazil da cidade, o abastecimento de géneros oriundos de Frielas^{223 224 225}. Esta contenda só teve resolução em Abril desse ano após a intervenção do corregedor João Gonçalves^{224 225}.

No dia 15 de Fevereiro de 1357, na câmara dos paços do concelho, foi lida e trasladada em pública forma, a pedido do procurador João da Veiga, por autoridade de João Eanes Palhavã, alvazil, uma carta de Afonso IV, datada de 13 desse mês, segundo a qual o rei perdoava trinta das sessenta mil libras que o concelho lhe devia pagar. Neste mesmo diploma, o monarca determinava que *ao tempo do Abril em que soedes elleigede vosso alvaziis que sabham e possam dar dos officios a Deus e a mim boa conta*²²⁵. Mais uma vez João Eanes foi eleito, como prova da confiança de que era depositário por parte dos restantes homens bons do concelho.

Mas as suas funções enquanto alvazil geral não abrangiam só questões judiciais. Também tinha que se confrontar com os problemas comezinhos da gestão concelhia, como o de gerir o património imobiliário do concelho. Disso temos um exemplo, ocorrido em Outubro de 1356, quando, acompanhado por Afonso da Água, vereador, João da Veiga, procurador do concelho, Afonso Colaço, Lourenço Martins e outros homens bons, emprazou a Mor Martins quatro portais de casas situadas junto da Ferraria de Lisboa²²⁶. Curiosamente, no dia 1 de Março do ano seguinte, esta Mor Martins dirigiu-se ao paço do concelho e, em presença de João Eanes Palhavã, juiz dos gerais (novamente mencionado antes de todos os restantes), de Afonso da Água e Martim Afonso, vereadores e João da Veiga, procurador do concelho, afirmou não poder pagar o foro, pelo que solicitou autorização para aforar apenas dois portais de casas²²⁷. O mesmo se pode dizer dos frequentes périplos que, na qualidade de alvazil, fazia pelas localidades do termo de Lisboa para aí aplicar e fazer aplicar a justiça

²²³ A.H.C.M.L.-Núcleo por organizar, *Livro I de Sentenças*, doc. n.º 8.

²²⁴ A.H.C.M.L.-Núcleo por organizar, *Livro I de Sentenças*, doc. n.º 8.

²²⁵ A.H.C.M.L.-Chancelaria da Cidade, *Livro I de Serviços a El Rei*, doc. n.º 2.

²²⁶ A.H.C.M.L.-Administração, *Livro I de Emprazamentos*, doc. n.º 2.

²²⁷ A.H.C.M.L.-Administração, *Livro I de Emprazamentos*, doc. n.º 2.

Miguel Gomes Martins

concelhia, nomear vereadores, almotacés e jurados, tal como aconteceu na aldeia do Tojal (c. Loures), alguns anos antes de 13 5 8²²⁸.

Em Setembro desse mesmo ano, este assunto volta a ser discutido e João Eanes torna a ser mencionado de forma destacada relativamente aos outros membros do concelho.²²⁹

Foi essa a última intervenção de João Eanes nos destinos da capital, depois de mais de dez anos de destaque no seio do concelho da cidade de Lisboa, num exercício, que tudo leva a crer, tenha sido ininterrupto. Esta situação, se bem que fosse contra a legislação vigente, que estipulava a anualidade dos cargos concelhios, demonstra a confiança que inspirava aos seus pares que o elegiam pela experiência e zelo demonstrados no exercício das suas funções.²³⁰

Não restam dúvidas que João Eanes Palhavã foi, durante os anos em que assumiu as funções de alvazil geral, a figura mais importante do concelho, podendo ser mesmo visto como um presidente da câmara *avant la lettre*. É o seu nome que surge mencionado em primeiro lugar nas listas de participantes das reuniões e assembleias alargadas do concelho, era a sua autoridade que era solicitada para a elaboração dos traslados requeridos, era ele um dos outorgantes das procurações passadas em nome do concelho, era ele quem, em local exclusivo fazia as audiências na qualidade de alvazil. Além disso e acima de tudo, era a sua experiência que, durante cerca de dez anos, era solicitada por quantos o elegiam, pelo que a sua “carreira” não tem durante o século XIV, em termos de duração, qualquer comparação com todos quantos ocuparam lugares na administração municipal da capital.

Ao longo de todo esse tempo, João Eanes, tal como o seu irmão Pedro Eanes, desenvolveu relações, talvez mesmo de amizade, com aqueles que, como ele, detinham nas suas mãos os destinos da cidade. Desses, sobressai o nome de Vasco Afonso Carregueiro, alvazil dos ovençais e dos judeus em 1357²³¹. Além da simultaneidade do exercício de funções, João Eanes foi testemunha, com

²²⁸ A.H.C.M.L.-Núcleo por organizar, *Livro I de Sentenças*, doc. n° 11

²²⁹ A.H.C.M.L.-Administração, *Livro I de Emprazamentos*, doc. n° 1.

²³⁰ Marcelo Caetano, op. cit., p.70.

²³¹ A.H.C.M.L.-Núcleo por organizar, *Livro I de Sentenças*, doc. n° 8.

Lopo Afonso das Regras, também ele profundamente ligado à família Palhavã, da elaboração do traslado do documento que instituiu o Morgado dos Carregueiros, traslado esse, solicitado por Vasco Afonso²³². Além deste, encontramos nos mesmos períodos que João Eanes Palhavã, figuras como a de Afonso Martins Alvernaz, alvazil do Crime em 134 5²³³ e alvazil em 1356²³⁴, entre muitos outros, com quem pode ter desenvolvido relações. Foi certamente o seu prestígio que lhe permitiu o acesso a muitos outros sectores da sociedade da Lisboa de Trezentos, nomeadamente a algumas figuras destacadas do meio clerical como sucedeu com o prior de S. Vicente de Fora, D. Gonçalo Garcia. Esta amizade reforçava-se ainda mais pelo facto de um dos filhos de João Eanes Palhavã ser afillhado do prior²³⁵.

Se conhecemos relativamente bem a faceta institucional de João Eanes Palhavã, o mesmo não se pode dizer no tocante à sua vida particular. Encontra-se atestado o facto de ter nascido em Lisboa, cidade onde, em 1358, habitava²³⁶, muito provavelmente numas casas que trazia aforadas do rei, localizadas na freguesia da Sé²³⁷. Sabemos que teve dois filhos, um homónimo seu e um outro de nome Afonso Eanes²³⁸, sendo um deles afillhado do prior de S. Vicente de Fora²³⁹. A data da sua morte é incerta, devendo, porém, ser procurada entre 1359 e 136 1²⁴⁰.

Todavia, é o seu papel enquanto homem mais importante do concelho, que ficou para a posteridade e que deixou o seu nome, de forma indelével, ligado à administração municipal de Lisboa durante o século XIV.

²³² *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livros dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas*, op. cit., pp. 215-216.

²³³ A.H.C.M.L.- Chancelaria Régia, *Livro dos Pregos*, fl. 54v.

²³⁴ A.H.C.M.L.-Núcleo por organizar, *Livro I de Sentenças*, doc. n.º 8.

²³⁵ *Idem, ibidem*, doc. n.º 11, fl. 33.

²³⁶ *Idem, ibidem*, doc. n.º 11, fl. 33.

²³⁷ *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livros dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas*, op. cit., p. 351.

²³⁸ A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 319A.

²³⁹ A.H.C.M.L.-Núcleo por organizar, *Livro I de Sentenças*, doc. n.º 11, fl. 33.

²⁴⁰ A última referência que encontramos remonta a 1359 (Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 1, p. 916). Por outro lado, em 1361 é já dado como morto (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. n.º 319A)

Conclusão

Concluído que se encontra este estudo e em jeito de balanço julgamos que, apesar das inúmeras dúvidas e incertezas que continuam a toldar-nos uma visão perfeita da família Palhavã, temos já um ponto de partida para que, futuramente, se possa proceder a uma análise mais profunda desta linhagem. Só assim se poderão preencher os espaços que, inevitavelmente, deixámos em branco.

Neste sentido, julgamos ter atingido os nossos objectivos. Tal como já tivemos hipótese de o afirmar, o nosso intuito era apresentar um primeiro contributo para o conhecimento das elites dirigentes da administração local lisboeta do século XIV a partir de um caso específico, os Palhavã. Não temos, de modo algum, a pretensão de ter esgotado o tema. Tudo o que atrás ficou dito necessita de uma permanente revisão, mercê da descoberta de novas informações por entre o enorme manancial documental relativo à cidade de Lisboa que se encontra ainda por estudar.

Felizmente, a documentação a que tivemos acesso permitiu-nos explorar dados, até agora pouco conhecidos e, em alguns casos, desconhecidos. Tivemos ainda a possibilidade de resolver algumas questões que se encontravam em aberto e rodeadas de equívocos, como é o caso da problemática em torno dos dois homónimos João Eanes Palhavã²⁴¹ e que não tinha ainda sido esclarecida.

A família Palhavã apresenta-se assim como um caso extremamente curioso e interessante no tocante aos mais diversos aspectos. Porém, é o seu trajecto, desde finais do século XIII e até meados do seguinte, que faz dela um excelente



*4. Brasão dos Palhavã
(Séc. XVI) (In Armoriai
Lusitano, p. 417)*

²⁴¹ A documentação veio a revelar a existência de um terceiro.

objecto de estudo, cheio de motivos de interesse.

E o interesse, bem como as dúvidas, surgem-nos logo quando procuramos um ponto de partida para a compreensão de tudo quanto rodeia a transmissão, quer dos bens, quer do apelido/alcunha de Martim Peres - “Palhavã” -, já que parece claro que se trata de uma alcunha. A documentação não fornece qualquer elemento que aponte para uma ligação familiar, no sentido consanguíneo do termo, entre este e João Eanes [Palhavã I]. Essa ligação aparenta ser fruto, por um lado, do facto de ser criado de Maria Soares e, muito naturalmente, de Martim Peres e, por outro, das relações profissionais existentes entre ambos. No entanto, e aqui reside a originalidade deste caso, João Eanes irá receber, não só a fortuna daqueles que o criaram, deixada em testamento por Maria Soares, como também passará a ser conhecido pelo apelido Palhavã. Esta ligação torna-se ainda mais flagrante e visível quando institui, com sua mulher Sancha Peres, uma capela, reaproveitando uma já existente e fundada justamente por aqueles que o criaram.

Martim Peres e João Eanes são, sem qualquer margem para dúvida, dois dos mais abastados indivíduos da cidade nos primeiros anos do século XIV, devendo a riqueza que possuíam às actividades mercantis em que se encontravam envolvidos. Panos, adornos, vestuário, metais, madeira, cereais, vinho, entre outros, são algumas das hipóteses a explorar. Contudo, entre Martim Peres e João Eanes encontramos um elemento de diferenciação. Este, ao contrário daquele, optou pela diversificação dos seus investimentos e apresenta-se também como proprietário de diversos bens fundiários. Estes assentavam em duas áreas distintas, a margem Sul do Tejo (Azeitão e Setúbal) e a zona de Santarém/Azambuja.

Em ambos os casos sobressai um ponto em comum, o poder do dinheiro. Do dinheiro que permite a melhoria do nível de vida, do dinheiro que cria novos investimentos mercantis, do dinheiro que faculta o relacionamento com as camadas nobres da sociedade e que confere dignidade. E é a dignidade que tanto um como o outro procuram dar à linhagem com o enterramento em *moimentos alçados* e que João Eanes Palhavã I procura divulgar com o uso do título de “cidadão de Lisboa”²⁴² e com a aposição de selo pendente aos seus

²⁴² Mário Jorge Barroca, op. cit., Vol. II, Tomo 2, p. 1110.

documentos²⁴³.

E será o poder que vamos, mais uma vez, encontrar ligado a esta família quando nos debruçamos sobre a figura de Martim Eanes Palhavã, filho primogénito de João Eanes e Sancha Peres. Poder eclesiástico, conferido pela posição de cônego, acrescido do facto de pertencer a um dos mais importantes cabidos do reino, o da Sé de Lisboa. Todavia, será a fortuna familiar e o prestígio que a linhagem havia já atingido que lhe facultarão o acesso a esse cargo, reservado, em princípio, para os filhos segundos e terceiros da nobreza e/ou possuidores de um nível de instrução muito acima da média.

Contudo, foi o poder político que atribuiu à família Palhavã o seu maior prestígio, com a chegada de Pedro Eanes e de João Eanes Palhavã II ao concelho de Lisboa onde ocupam, de imediato, os postos mais altos da administração local. Parece ter sido apanágio das famílias mais importantes de Lisboa (Vivas, Pão e Água, Alburrique, Alvernaz, Carregueiro, entre outras) ter um “representante” na vereação da cidade. Os Palhavã não fugiram à regra. Mais uma vez, o acesso encontrava-se facilitado graças ao poder económico e prestígio, adquirido nas gerações anteriores, o que, aliado ao poder político que passavam a deter, tornava irreversível o processo de ascensão desta família até à sua nobilitação²⁴⁴.

De tudo o que acabámos de expor e sem querermos ser, de modo algum, redutores, parece-nos claro que é a riqueza, o poder do dinheiro, o motor principal do trajecto da família Palhavã durante a segunda metade do século XIII e primeira do século XIV, quer na afirmação no seio da sociedade de Lisboa, quer no acesso ao cabido da Sé, ou na ascensão ao topo da hierarquia concelhia. A fortuna de Martim Peres, herdada por João Eanes e acumulada à que este já detinha, oferece-se assim como o ponto de partida para percursos que, se bem que diferentes, se apresentam, todos eles, com um denominador comum, o poder.

²⁴³ ...*Epor estefecto seer mays firme e nom viirpoyes em duvida asi eu sobredicto Johan 'Eanes o meu seelopropio* ... (A.N.T.T.-S. Domingos de Lisboa, Livro 23, doc. nº 315).

²⁴⁴ A carta de Brasão dos Palhavã data de 1540. As armas são: de azul, com um molho de palha com suas espigas, tudo de ouro, atado de vermelho e acompanhado de quatro torres de prata, iluminadas e lavradas de negro, acantonadas. Timbre: dois braços armados, sustendo o molho do escudo (Afonso Eduardo Martins Zuquete (Dir. de), *Armoriai Lusitano*, Lisboa, Enciclopédia, 1987, P- 417).

APENDICE DOCUMENTAL

1. Maria Soares - Legados testamentários em numerário

Quantia	Motivo	Destinatário	Fonte
500 libras		Igreja da Madalena	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
50 libras	<i>Falhas</i>	Igreja da Madalena	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
2000 libras	Obras na Igreja	Igreja da Madalena	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
30 libras	Missas	Igreja da Madalena	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras		Clérigos da Madalena	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
500 libras	Com o seu corpo	S. Domingos de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
1000 libras	Missas	S. Domingos de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
500 libras	Roupa	Frades de S. Domingos de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
2000 libras	Missas	S. Domingos de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		Frades de S. Vicente de Fora	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		Frades de S. Vicente de Fora	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras	Pitança	Dominicanos de Santarém	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		Dominicanos de Coimbra	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		Dominicanos de Guimarães	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		Dominicanos de Eivas	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		Dominicanos de Évora	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		Dominicanos do Porto	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
50 libras		Dominicanas de Santarém	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras	Cálice e roupa	S. Vicente de Fora	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras	Obra	Frades de Santo Agostinho	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
50 libras	Pitança	Frades de Santo Agostinho	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras	Cálice, roupa e missas		A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
200 libras	Pitanças	Frades maiores de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
200 libras	Roupa	Frades maiores de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
200 libras	Cálice e roupa	Frades maiores (de Lisboa?)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
200 libras	Missas	Frades maiores de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
200 libras	Remir cativos	Frades da Trindade	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
400 libras		Donas de Cheias	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322

Miguel Gomes Martins

100 libras	Cálice e roupa	Donas de Cheias	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
50 libras	Pitanças	Donas de Santos	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras	Obra	Donas de Santa Clara	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
20 libras	Pitança	Donas de Santa Clara	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras	Cálice, roupa e missas	Donas de Santa Clara	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
50 libras		Donas de Celas de Coimbra	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
200 libras		Donas emparedadas de [***]	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
50 libras	Missas	Mosteiro de Santos	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
200 libras		Cabido da Sé de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
200 libras	Missas	Cabido da Sé de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras	Pitança	Bacharéis da Sé de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras	Cálice e roupa	Sé de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras	Pitança	Igrejas de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras		Confraria de S. Francisco	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras		Confraria de S. Domingos	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras	Pitanças	Gafos de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras	Ajudar pobres	Albergarias de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
20 libras		Hospital dos Meninos	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras		Hospital de S. Vicente	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
20 libras		Hospital de Frei João da Oliveira	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
1000 libras	Remir cativos		A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
1000 libras	Vestir pobres		A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		Frei Miguel seu abade	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
50 libras		Frei Rodrigo Esteves	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras		Frei Martim Eanes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
140 libras		Frei Gonçalo da Calçada	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321 e n.º 322 ²⁴⁵
40 libras		Frei João Jacome	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
40 libras		Frei Pedro Lopes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322

²⁴⁵ Doc. n.º 322 - 40 libras, doc. n.º 321 - 100 libras.

A família Palhavã (1253-1357)

50 libras		Frei Martim de Castro	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
20 libras		Frei Durão	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
20 libras		Frei Pedro Gonçalves	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
50 libras		Frei Paio	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
50 libras		Frei Gil de Tomar	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
50 libras	Cantar missas	Frei Gil de Tomar	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
150 libras		Frei Estêvão Martins	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321 e n.º 322 ²⁴⁶
30 libras		Frei João Simões	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
100 libras		Frei Jorge [Peres]	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
50 libras		[Frei] Rui Salvadores	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
150 libras		Frei João	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321 e n.º 322 ²⁴⁷
100 libras		Frei João	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
50 libras		Frei João dos Menores	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
50 libras		Frei Estêvão Mendes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		Gil Gonçalves (clérigo)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
200 libras		João Martins (cónego)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
170 libras		Estêvão Domingues (abade e clérigo da Madalena)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 320, n.º 321 e n.º 321 ²⁴⁸
700 libras		Afonso Migueis (raçoeiro da Sé)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 320 e n.º 321 ²⁴⁹
25 libras		filho legítimo de Martim Peres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 320
25 libras		filhos ilegítimos de Martim Peres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 320
200 libras		Aires Peres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
100 libras		Domingas Eanes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
50 libras		Aldonça Eanes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
500 libras		Marta Simões	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321 e n.º 322 ²⁵⁰

²⁴⁶ Doc. n.º 322 - 50 libras, doc. n.º 321 - 100 libras.

²⁴⁷ Doc. n.º 322 - 50 libras, doc. n.º 321 - 100 libras.

²⁴⁸ Doc. n.º 322 - 60 libras, doc. n.º 321 - 100 libras, doc. n.º 320 - 10 libras.

²⁴⁹ Doc. n.º 321 - 200 libras, doc. n.º 320 - 500 libras.

²⁵⁰ Doc. n.º 322 - 200 libras, doc. n.º 321 - 300 libras.

Miguel Gomes Martins

300 libras		João Peres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321e n.º 322 ²⁵¹
400 libras		Domingas Eanes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321 e n.º 322 ²⁵²
60 libras		Lourenço Femandes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		filhos de João Fanheno	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
500 libras		Maria Eanes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		irmãos de Maria Eanes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
400 libras		Maria Marques	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
300 libras		Estêvão	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321 e n.º 322 ²⁵³
400 libras		Estêvão Pais	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
80 libras		Domingas	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras		Iria	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras		Helena	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
1000 libras		Pedro Peres Câmbeles	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		filha de Pedro Peres Câmbeles	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		André Peres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		D. Sancha	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		João Vicente	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
60 libras		Afonso Migueis	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras		Domingos Migueis	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		Maria Vicente	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras		Estevainha	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras		Bartolomeu Peres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
1000 libras		cada filho de João Eanes rPalhavãl	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
400 libras		Sancha Peres mulher de João Eanes [Palhavã]	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
200 libras		Elvira Soares	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
60 libras		filhos de Elvira Soares	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322

²⁵¹ Doc. n.º 322 - 100 libras, doc.n.º 321 - 200 libras.

²⁵² Doc. n.º 322 - 200 libras, doc.n.º 321 - 200 libras.

²⁵³ Doc. n.º 322- 100 libras, doc.n.º 321 - 200 libras.

A família Palhavã (1253-1357)

100 libras		Sancha Eanes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
200 libras		filhos de João Martins	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
200 libras		[...]Martins Písalos	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
100 libras		Nuno Peres Písalos	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
70 libras		Gonçalo Moniz	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
200 libras		Cristóvão	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
100 libras		afilhados e afilhadas	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
100 libras		D. Félix e sua filha	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
100 libras		Maria Domingues I	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
40 libras		Urraca Simões	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
40 libras		Maria Domingues II	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
30 libras		Teresa Peres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
100 libras		Maria Martins	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
200 libras		Teresa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
100 libras		filhos de Aparicio Eanes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
60 libras		Aires Migueis	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
50 libras		filhos de Estêvão Martins e de Maria Peres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
50 libras		filhos de Estêvão Martins e Maria Peres (?)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
50 libras		Pedro da Maia	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 321
20 libras		Maria Afonso	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 321
40 libras		filha de Mem Martins	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 321
20 libras		Maria Domingues	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 321
100 libras		Catarina Nunes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
40 libras		Mor Esteves	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
200 libras		Gil Navalha e seu irmão	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
50 libras		Martim Peres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
40 libras		co-afilhada de sua filha	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
50 libras		mãe de Frei Miguel Zarco	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
100 libras		Pedro Domingues	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322
100 libras		filhas de Pedro Domingues	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 322

Miguel Gomes Martins

100 libras		filhos e filhas de Frisom (?)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		filho de Estêvão Soares	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
350 libras		Abril Peres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321 e n.º 322 ²⁵⁴
100 libras		Sancha Eanes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
100 libras		Estêvão e Estevaninha Soares	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
400 libras		D. Maria (I)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321 e n.º 322 ²⁵⁵
200 libras		filhos de Pedro Soares e de Maria Pais	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
300 libras		Berengána Aires	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
40 libras		Marfim da Cunha	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
100 libras		netas de D. Ma	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
200 libras		Martim Mendo	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
100 libras		Lourenço Eanes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
100 libras		Vasco Martins	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
100 libras		D. Maria (II)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
40 libras		Ma Femandes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
20 libras		Sancha Eanes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
400 libras		Catarina Eanes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
50 libras		filhos de Gil Migueis	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
50 libras		Constança Rodrigues	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
40 libras		Catarina Peres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
100 libras		Amas dos filhos de João Eanes [Palhavã] e Joane	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
20 libras		Maria Peres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
20 libras		Catarina e Margarida	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
20 libras		Maria Afonso	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
100 libras		Femão Peres (criado)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
200 libras		João Garcia (criado)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
300 libras		Afonso (criado)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321

²⁵⁴ Doc. n.º 322 - 50 libras, doc. n.º 321 - 300 libras.

²⁵⁵ Doc. n.º 322 - 100 libras, doc. n.º 321 - 300 libras.

A família Palhavã (1253-1357)

100 libras		Afonso (criado)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 322
10 libras		criados do monte	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
200 libras		criados de João Domingues e de sua filha	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 321
TOTAL (aprox.) 28.640 libras			

2. *Sancha Peres - legados testamentários em numerário*

Quantia 50 libras	Motivo Com o seu corpo	Destinatário S. Domingos de Lisboa	Fonte A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
100 libras	Pitança	Dominicanos de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
100 libras	Roupa	Dominicanos de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
500 libras	Candeias, missas, etc...no dia da sepultura	S. Domingos de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
900 libras	Missa de um mês	S. Domingos de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
250 libras	Ofertas todo o ano	S. Domingos de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
100 libras	Cantar missas	S. Domingos de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
300 libras	Trasladação	S. Domingos de Lisboa?	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
10 libras	Pitança	S. Vicente de Fora	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
50 libras	Roupa	Frades pobres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
50 libras	Pitança	Frades menores	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
50 libras	Pitança	Donas de Cheias	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
40 libras	Pitança	Donas de Stª Clara	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
30 libras	Pitança	Frades de Stº Agostinho	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
200 libras	Pitança	Donas de Odivelas	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
10 libras	Pitança	Donas de Santos	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
50 libras		Emparedadas de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
50 libras		Igreja da Madalena	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
50 libras	<i>Falhas</i>	Igreja da Madalena	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
5 libras	Honras no dia de sua morte	Raçoeiros da Madalena	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
4 libras	Honras no dia de sua morte	Capelães da Madalena	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
2 libras	Pitança	Cada clérigo de cada igreja de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
100 maravedis?	Fazer honra no dia da sepultura	Cónegos e raçoeiros da Sé de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
20 libras	Honra e missas no dia da sepultura	Capelães e bacharéis da Sé de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
15 libras		António Vicente (seu capelão)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
10 libras		Frei João de St" Justa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
40 libras		Frei Vicente da Ordem dos menores	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317
10 libras		Estêvão Martins raçoeiro de Unhos	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. n.º 317

A família Palhavã (1253-1357)

300 libras		Pobres envergonhados e pessoas necessitadas	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
600 libras	Roupa	Pobres envergonhados	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
600 libras		Pobres doentes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
600 libras	Remir cativos		A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
1000 libras caso sobre do testamento	Remir cativos		A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
10 libras		Hospital dos Meninos	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
10 libras		Hospital de Frei João da Oliveira	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
10 libras	Pitaça	Gafos de Lisboa	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
200 libras		Parentes pobres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
300 libras	Ajudar no casamento	Mulheres da sua linhagem	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
200 libras		D. Margarida (mãe)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
200 libras		Afonso Peres (irmão)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
100 libras		Clara Eanes (irmã)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
50 libras		Inês Eanes (sobrinha)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
100 libras		Sancha Peres (tia)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
50 libras		Maria Eanes (prima)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
50 libras		Teresa Eanes (prima)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
30 libras		Esteva (prima)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
20 libras		Frei Vasco (primo)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
1000 libras		João Eanes raçoeiro de Lisboa (primo)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
20 libras		D. Bea (?) (comadre)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
40 libras		Frei António (co-irmão)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
10 libras		filho de Domingos Martins de Estremoz (afilhado)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
20 libras		Salvada Peres	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
30 libras		Pedro Abade	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
50 libras		João de Leiria	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
50 libras		Pedro Eanes	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
15 libras		filhos de Vasco Martins Rasteiro	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
40 libras		Maria Vicente	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317

Miguel Gomes Martins

20 libras		filhas de Gonçalo Eanes e Maña Vicente	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
20 libras		Domingos Vicente de Setúbal	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
20 libras		João Peres tabelião	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
30 libras		João Eanes Mirao	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
20 libras		Vasco	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
20 libras		João Esteves	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
10 libras		Vasco Vicente	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
200 libras		João Eanes Fogaça	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
50 libras	<i>pera casamento</i>	irmã I de João Eanes Fogaça	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
50 libras	<i>pera casamento</i>	irmã II de João Eanes Fogaça	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
20 libras		Afonso filho de João de Santarém	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
10 libras		Maria mulher de João de Santarém	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
20 libras		Mor Martins (criada de M ^o Soares)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
20 libras		Maria Martins (criada de M ^o Soares)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
20 libras		Maria Afonso	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
40 libras		Rui Peres Vinagre	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
100 libras		Amas que criaram seus filhos	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
50 libras		Gonçalo Eanes (criado)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
300 libras		Margarida Eanes (criada)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
50 libras		Margarida Eanes (criada)	A.N.T.T. S. Domingos de Lisboa, Livro 10, doc. nº 317
TOTAL (aprox.) 9.771 libras e 100 maravedis?			

3. Genealogia da Família Palhavã

